Jornal Anasps

Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social

ANO 26 - Nº 119

PLANO ODONTOLÓGICO

Hapvida/Anasps: nosso jeito de cuidar do seu sorriso

Gratuito para todos os associados e custo de R$ 10 por dependente

PÁG. 19

GEAP

Conselheira titular do Conad Geap, fala sobre as ações e planos futuros para a operadora

PÁG. 24

INSS

Concurso do INSS deve sair em breve

Não é de hoje que se sabe da necessidade de um aumento no número de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

PÁG. 10

CLUBE ANASPS

Final de ano, férias, ufa! Com o Clube Anasps dá para viajar

PÁG. 18

ANASPS ALERTA: Cuidado com golpes envolvendo o nome da Anasps

Atenção associado! Fique atento aos golpes efetuados por meio de ligação, WhatsApp ou cartas envolvendo o nome da Anasps. Golpistas têm se passado pelo vice-presidente da associação, Paulo César Régis de Souza, solicitando depósitos. Alertamos para que não repassem quaisquer valores referentes a processos jurídicos, ou qualquer outra finalidade. Fique atento!

Entre em contato: (61) 3321-5651

SIGA-NOS NAS

Mídias Sociais

FACEBOOK: /anaspsbrasil

WHATSAPP: (61) 3322-4807

TWITTER: @anaspsbrasil

INSTAGRAM: @anaspsbrasil

YOUTUBE: /AnaspsDF

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Alexandre Barreto Lisboa (RJ)
Vice-Presidente Executivo
Paulo César Régis de Souza (SC)
Vice-Presidente de Política de Classe
Consuelo Lopes Padrão (RJ)
Suplente
Circe Noeli Severo (RS)
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas
Elzuíla da Silva Ferreira (PI)
Suplente
Francisco das Chagas Camara Rayol
Vice-Presidente de Administração Financeira
Elienai Ramos Coelho (DF)
Suplente
Suzana Esteves Ramos (DF)
Vice-Presidente de Patrimônio
Verônica Maria Monteiro da Rocha (RJ)
Suplente
Manoel Ricardo Palmeira Lessa (RJ)
Vice-Presidente de Relações Parlamentares
Joaquim José de Carvalho (CE)
Suplente
José Gonçalves Campos (AM)
Vice-Presidente de Assuntos Juridicos
Luiz Augusto do Espírito Santo (GO)
Suplente
Djair da Silva Pinto Filho (PB)
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais
José Luiz Francisco (SP)
Suplente
Rusemberg de Lima Costa (AC)
Vice-Presidente de Cultura e Lazer
José Julio Martins de Queiroz (BA)
Suplente
Maria Leide Câmara de Oliveira (RN)
Conselho Fiscal
Presidente
Márcia Regina Horta Piva (SP)
Membros
Elizabeth Custódio (DF)
Justina Conche Farina (MS)
Suplentes
Ana Cristina Evangelista (DF)
Marília Luzia Martins Dias (PR)
João Ricardo Arcoverde Moraes (DF)

EXPEDIENTE

Jornal Anasps
Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social
www.anasps.org.br / anasps@anasps.org.br

Editado pela Assessoria de Comunicação da ANASPS
Jornalista Responsável:
Paulo César Régis de Souza

Comunicação Anasps
Byanca Magalhães Guariz
Vitória Morgan Pajolla
Júlia Vieira Nobre
Eduarda Ayres

Projeto Gráfico e Editoração:
Wagner Alves

Tiragem:
70.000 exemplares

DIRETORIAS ESTADUAIS

ACRE - **Rusemberg de Lima Costa**
Avenida Getúlio Vargas, 1273, 6° andar Bosque Rio Branco - AC - 69908-650 - Tel: (68) 2106-5192 Fax: (68) 3224-6479 / anasps.ac@gmail.com

ALAGOAS - Edileide Sales de Oliveira Santos
Rua Zacarias de Azevedo 399 Ed. Trade Center 2° andar salas 212/214 / Maceió - AL 57020-470 Tel: (82) 3326-9036 Fax: (82) 3326-0076 anasps-al@anasps.org.br

AMAPÁ - Renilda Cantuária de Siqueira Pinto
Av, Francisco Torquato de Araújo, 1421
Macapá – AP 68904-387 Telefax: (96) 3222-5988
anasps-ap@anasps.org.br

AMAZONAS - José Gonçalves Campos
Rua 24 de maio, 220 9° andar sala 901, Ed. Rio Negro Center -Centro Manaus - AM 69010-080 Tel: (92) 3233-7731 / Fax: (92) 3234-0361 anasps.amazonas@gmail.com

BAHIA - Iraildes Beirão Araujo
Av. Estados Unidos 258, Ed. Cidade de Aracaju
Salas 1001 / 1004 Comércio Salvador - BA
CEP: 40.010-020 Telefax: (71) 3326-7648
anasps-ba@anasps.org.br

CEARÁ - Joaquim José de Carvalho
Rua Pedro Borges 75 Ed. Seguradora Brasileira 9° andar Salas 901/903 Centro Fortaleza CE 60055-110
Tel: (85) 3226-0892 Fax: (85) 3221-1238
anasps-ce@anasps.org.br

DISTRITO FEDERAL - Elienai Ramos Coelho
SCS Quadra 03 Bloco A, Loja 74/78, Ed. ANASPS Brasília - DF - 70303-000 - Tel: (61) 3321-5651/
whatsapp (61) 3322-4807 anasps@anasps.org.br

ESPÍRITO SANTO - José Carlos Welff
Rua José Alexandre Buaiz, 190 Ed. Master Tower - Sala 1604 Enseada do Suá Vitória - ES 29050-918
Tel: (27) 3345-6525 Fax: (27) 3345-6668
anasps-es@anasps.org.br

GOIÁS - Marlene Nogueira Viscal Rocha
Avenida Anhanguera, 5674 Ed. Palácio do Comércio - 13° andar - Sala 1303 Centro Goiânia - GO 74643-010
Telefax: (62) 3223- 4527 anasps-go@anasps.org.br

MARANHÃO - Eliane dos Santos Marques
Rua Juno Lote 05 Qd 22 Loteamento Boa Vista Ed. Manhattan Center, sala 408, Renascença, São Luís - MA 65075-740 Tel: (98) 3232-1291 Fax: (98) 3232-5410
anasps-ma@anasps.org.br

MATO GROSSO - Clea Lúcia de Amorim Silva
Rua Batista da Neves, 22 Ed. Comodoro 6° andar sala 603 Centro Norte Cuiabá - MT 78005-600 Tel/Fax: (65) 3623-8986 anasps-mt@anasps.org.br

MATO GROSSO DO SUL - Justina Conche Farina
Rua 26 de agosto, 384 14° andar - Sl. 142/148 Centro Campo Grande - MS 79002-913 Tel: (67) 3383-5296 Fax: (67) 3324-7375 anasps-ms@anasps.org.br

MINAS GERAIS - Maria Alice Rocha Silva
Rua Espírito Santo, 466 Ed. Hércules - Salas 1606/1608 Centro Belo Horizonte - MG 30160-030 Tel: (31) 3213-8120 Fax: (31) 3222-3384 anasps-mg@anasps.org.br

PARÁ - Maria Sodrelina das Neves Monteiro
Avenida Nazaré 272, Ed. Clube de Engenharia 8° andar - Sala 806, Nazaré, Belém - PA 66.035-170
Tel: (91) 3349-4693 anasps-pa@anasps.org.br

PARAÍBA - Djair da Silva Pinto Filho
Av Senador Ruy Carneiro, 300 Sala 607 Empresarial Trade Office Center Miramar – João Pessoa/PB
CEP: 58010-810 | Telefax: (83) 3221-7123
anasps-pb@anasps.org.br

PARANÁ - Marília Luzia Martins Dias
Rua Marechal Deodoro, 252 9° andar - Conj. 901 Centro Curitiba - PR 80010-010 Telefax: (41) 3039-1062
anasps-pr@anasps.org.br

PERNAMBUCO - Noé de Paula Ramos Júnior
Av. Visconde de Suassuna n° 305 - Santo Amaro
Recife - PE - 50.050-540 - (81) 3221-4894
anasps-pe@anasps.org.br

PIAUÍ - Yveline Barreto Leitão
Av. Raul Lopes, 880 S/N Centro Empresarial Poty Premier, Salas 201/202 Joquei Clube Teresina – PI
CEP: 64.048-065 Telefax: (86) 3221-4058
anasps-pi@anasps.org.br

RIO DE JANEIRO - Manoel Ricardo Palmeira Lessa
Avenida Presidente Vargas 509, 8° andar - Centro Rio de Janeiro - RJ 20.071-003 Tel: (21) 2508-7446
Fax: (21) 2252-6159
anasps-rj@anasps.org.br

RIO GRANDE DO NORTE - Maria Leide Câmara de Oliveira
Rua Almirante Ary Parreiras, 1402 Alecrim Natal - RN 59040-220 Tel: (84) 3213-1344/99658-7980
anasps-rn@anasps.org.br

RIO GRANDE DO SUL - Circe Noeli Severo
Rua dos Andradas, 1234 Sala 1106 Bloco A - Centro Porto Alegre - RS 90.020-008 Tel: (51) 3225-9611
anasps-rs@anasps.org.br

RONDÔNIA - Maria das Graças L. V. Galvão
Avenida 07 de setembro, 1071/1083, Sala 21 da Galeria Central - 1° andar - Centro - Porto Velho - RO
76801-028 Telefax: (69) 3223-7990
anasps-ro@anasps.org.br

RORAIMA - Leonilza Lucena Possebon Ribeiro
Av. Glaicon de Paiva, 132 – Centro Boa Vista – RR – 69301-250 anasps-rr@anasps.org.br
Tel: (95) 9812-3365

SANTA CATARINA - Paulo Cezar Rios
Avenida Rio Branco, 533 – Sala 502 Florianópolis – SC.
CEP: 88015-201 Telefone: (48) 3223-6813
anasps-sc@anasps.org.br

SÃO PAULO - Maria Alice Cristina A. Catunda
Rua 24 de maio, 35 12° andar - Salas 1201/1202
São Paulo - SP 01041-001
Tel: (11) 3222-4736 Fax: (11) 3221-1680
anasps-sp@anasps.org.br

SERGIPE - Antônio Roberto de Melo
Rua Maruim, 983 Centro Aracaju - SE
CEP: 49.010-160 Tel: (79) 3214-0110
anasps-se@anasps.org.br

TOCANTINS - Silvano Coelho Lira
403 Sul, Avenida LO 09, Lote 17 – Sala 06
Plano Diretor Sul – Palmas-TO – CEP 77015-594
Telefax: (63) 3215 – 5720
anasps-to@anasps.org.br

Sede própria

SCS Qd 03 Bl. A Loja 74/78 Edifício Anasps Brasília - DF
Cep.: 70303-000 Tel: (61) 3321-5651
whatsapp - (61) 3322-4807

Uma homenagem a quem faz o país funcionar

Byanca Guariz
Coordenadora de Comunicação Social – Anasps

A penúltima edição do Jornal Anasps deste ano chega com o país ainda em crise sanitária. Em meio a desafios, modificamos nossos hábitos para que tudo pudesse funcionar de uma forma diferente do "normal".

Passamos a dar valor nas pequenas atitudes. Um aperto de mão e um abraço, nunca fizeram tanta falta. Os meses se passam e com a chegada da vacina, as doses de esperança e otimismo aumentam. O mundo mudou!

Precisamos falar e homenagear aqueles que fazem o país funcionar e que escolheram o ofício do "bem servir". Em 28 de outubro oficialmente comemora-se o dia do servidor público. Atualmente, segundo dados da Pnad Contínua, o Brasil possui 11,9 milhões de funcionários públicos. São essas pessoas, as responsáveis pelo desenvolvimento do país.

Precisamos enaltecer o ilustríssimo trabalho executado por esses profissionais, que atuam na ponta, atendendo diretamente o cidadão em todas as suas necessidades. Os servidores públicos são heróis nessa crise, pois, mantém todo o sistema funcionando.

O servidor público é o maior patrimônio de uma instituição. No Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) essa afirmação é verídica. O servidor da autarquia mais importante do país, possui um papel fundamental, pois, é responsável por atuar diariamente na garantia de benefícios para aqueles que precisam, principalmente em tempos difíceis.

Os servidores do INSS, estão há mais de um ano em trabalho remoto. Os serviços que antes eram feitos nas agências passaram a ser realizados de casa. E, mesmo trabalhando do conforto do lar, esses profissionais têm se dedicado muito, principalmente para bater as metas que são aplicadas.

Infelizmente muitos desconhecem as atividades realizadas por esses profissionais. Pensam que são os servidores do INSS, os responsáveis pelos erros, longas filas de espera, e demora na concessão de benefícios.

Na realidade, são eles, as peças principais para a liberação de benefícios, pois, precisam analisar cada processo. Dados do Boletim Estatístico da Previdência Social de junho de 2021, mostram que em junho (dado mais recente), foram liberados 408,7 mil benefícios, no valor total de R$ 619,9 milhões.

É de suma importância enaltecer o trabalho de quem executa com dedicação o papel de prestador de serviço à sociedade. O papel do servidor, em especial o da Previdência Social, não é apenas o de ser estável. É muito mais que isso!

Não basta, apenas, oferecer um triunfo pelos relevantes serviços prestados. Assim como qualquer trabalhador, o servidor público precisa ser valorizado, ter um salário digno, treinamento adequado e boas condições de trabalho.

Mesmo sendo alvo de reformas que prometem retirar direitos, o funcionalismo público continua na luta diária para manter um bom atendimento à população.

Nós da Anasps estamos trabalhando durante a pandemia, com o foco na preservação da saúde de nosso servidor. Nossas ações podem ser vistas por meio das doações de máscaras, termômetros e totens de álcool em gel. E hoje, mais do que nunca queremos desejar: Parabéns, servidor!

Na publicação que sai quando o país ainda enfrenta a pandemia, e contém nas agendas inúmeras reformas, a Anasps reforça o seu papel de luta e defesa do servidor público federal.

Nesta edição apresentaremos matérias voltadas ao servidor público em geral, algumas destinadas ao servidor do INSS, em especial o concurso da autarquia, abordaremos também a nova modalidade de ensino da Faculdade Anasps, elencando as novidades que o Clube Anasps vem desenvolvendo ao longo de sua criação e muito mais.

Para falar da importância da gestão financeira em tempos de crise, o Jornal Anasps apresenta uma entrevista com o servidor público e educador financeiro, Rafael Rico, onde ele elenca para você, leitor, as consequências que a desorganização financeira pode provocar, entre elas, problemas de saúde.

O leitor poderá também se informar sobre as ações judiciais da Anasps, verificar o andamento, ver quais foram ganhas, quais foram pagas e sanar as dúvidas.

Vale a pena conferir a edição que foi criada pensando em você!

Boa leitura!

O home office no mundo pós-pandemia

Por Paulo César Régis de Souza

O mundo pós-pandemia está voltado para o uso de tecnologias de sensoriamento e equipamentos voltados para Tecnologia da Informação (TI), segurança cibernética, tráfego de rede, automação e mecatrônica. Nesse momento, está acontecendo uma fusão entre as áreas de TI, com uma rapidez acentuada. Isto vai do programador ao configurador e mantenedor de ativos de equipamentos físicos do cyber espaço.

Mas enquanto o mundo pós-pandemia se volta para atender o novo tecnológico, digital e virtual, presentes apenas em algumas sociedades, mesmo no século XXI, os argonautas da TI ignoraram que dos 7,5 bilhões de humanos na face da terra, menos de 10% estão familiarizados com as novas tecnologias, botões, máquinas, senhas, arsenal e modernidades com que apagar o passado presente nas civilizações.

Ninguém é contra a modernidade e o modernoso, a racionalização e a simplificação, a complementação produtiva e o consumo de massa. Desde que traga benefícios aos humanos.

Tendências são indicativos de mudanças sociais, sempre lentas em todas as civilizações que têm o seu tempo para implantá-las de acordo com suas capacidades e necessidades. Nos dias de hoje, muitas nações da América Latina, Asia, África, Oceania e Europa Oriental estão no descompasso "gap" tecnológico. Seus povos precisam muito mais de educação, saúde, trabalho, teto, comida, água, ar puro, vacina do que tecnologias inovadoras e encantadoras. Muitos não têm recursos naturais nem financeiros. Muitos são vítimas de guerras tribais e raciais, governantes corruptos e desonestos.

O Brasil está no meio-termo, pois convive, por enquanto, supostamente em harmonia, com um passado colonial e um futuro pós-industrial, caminhando para o digital.

Vejam o drama: querem implantar via propaganda e marketing um "home banking", via redes sociais e digitais, com um punhado de senhas para os cidadãos com bancos sem pessoal, - em que o banco comercial não fala com FGTS, poupança, investimentos - , 32 milhões sem contas bancárias, desemprego de 15%, (quase 35 milhões) 60 milhões de invisíveis, arquivados em supercomputadores de cadastros únicos no país, nos estados e municípios, numa sociedade modernosa e cibernética, com 80% de analfabetos funcionais e, os 100 milhões da PEA (População Economicamente Ativa) sem cultura para tantas mudanças.

O trabalho presencial em muitas atividades, se tornará obsoleto. Milhões ficarão pra trás, por falta de capacitação e de renda.

O trabalho em home office será ampliado.

Salas, andares inteiros e edifícios serão esvaziados. Serão substituídos, em boa parte, por co-working e muitas empresas terão a cara de apenas uma baia em um conjunto de baias que abrigarão dezenas de empresas. O empresariado quer produzir e ganhar mais, pagar menos imposto e ter menos empregados! No setor privado, o eixo da flexibilidade e autonomia embalam o home office. É notável e expressiva a economia empresarial, nos custos fixos de espaço pessoal e remuneração.

O trabalho muda, a CLT se torna obsoleta como um livro do século XVI, impresso em aramaico e encontrado por pesquisadores da Idade Média, nas ruínas de Brasília.

No serviço público, o modernoso está se sobrepondo à modernidade por pressão de grupos que querem privatizar a gestão pública, a qualquer preço, favorecendo a terceirização, a quarteirização, a pentarização, a temporização e o contrato por tempo certo (área militar), favorecendo a bandalheiras das organizações sociais (rs rs).

No serviço público, muito se

(*) Paulo César Régis de Souza é vice-presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social - Anasps.

pode fazer com o “home office”, e muito não poderá ser feito.

Enquanto o número mínimo de funcionários públicos (servidores da Previdência, professores e outras categorias trabalham em home office, aumentam o número de cadeias, aumentam o número de polícias, Civis, Militar, Federal, municipal, Força Nacional, Exército, Marinha, Aeronáutica, carcereiros.

Aumentam o número também no judiciário, STF, STJ, STE, juiz, promotor, procurador, delegado, investigador.

Aumenta o crime e diminui o emprego. Sem educação, não há crescimento.

A conferência de documentos tem que ser presencial, a perícia médica tem que ser presencial. Os alunos precisam do professor, (o ensino remoto para uma sociedade que não tem acesso à informática é uma vergonha), a saúde precisa de médicos e paramédicos, segurança de barragens e saneamento precisam da presença dos engenheiros.

Mas o “home office” impositivo esquece que o ser humano necessita do convívio com outras pessoas, que não sejam apenas da família e os animais de estimação. O isolamento é crucial e o sedentarismo mortal. As experiências realizadas indicam que as doenças profissionais e ocupacionais estão ampliando seu leque como a síndrome de burnout (distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico) a LER (Lesões por Esforço Repetitivo) a DORT, (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho por conta da sobrecarga nas estruturas ósseas, desgastes emocionais, “a fadiga do zoom” nas incansáveis e intermináveis reuniões virtuais, a pressão física, a insegurança, a instabilidade, o medo do futuro e a ausência de sociabilidade. Claro que Lei de Darwin sobressai: os mais aptos sobreviverão.

Propomos, no setor público, a adoção do trabalho híbrido: segunda, terça e quarta no local de trabalho, quinta em diante em casa, no home office. Outras variações serão bem-vindas.

No setor público que seja assegurada ao servidor a razão de sua opção profissional, meritocracia conquistada pelo concurso público, estabilidade, irredutibilidade salarial, carreira, ascensão funcional.

“Salas, andares inteiros e edifícios serão esvaziados. Serão substituídos, em boa parte, por co-working e muitas empresas terão a cara de apenas uma baia em um conjunto de baias que abrigarão dezenas de empresas. O empresariado quer produzir e ganhar mais, pagar menos imposto e ter menos empregados! No setor privado, o eixo da flexibilidade e autonomia embalam o home office. É notável e expressiva a economia empresarial, nos custos fixos de espaço pessoal e remuneração.”

VEJA O QUE ESTAMOS
FALANDO NAS REDES SOCIAIS

anaspsbrasil

Anasps faz um alerta para que fiquem atentos aos golpes referentes ao pagamento de precatórios. A venda de precatórios por empresas especializadas se tornou frequente e tem gerado grandes dúvidas. Esclarecemos que para que ocorra a venda de um precatório para uma empresa que oferece o seu serviço, essa não estará "adiantando" a liberação de seu valor em juízo, mas sim pagando o valor de seu precatório com um deságio (depreciação). Fique atento aos golpes no tocante a negociação de precatórios.

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que precisarem bloquear ou desbloquear um pedido de empréstimo consignado ou solicitar mudança no pagamento terão que seguir novas regras. As alterações estão em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Senadores decidiram derrubar um veto presidencial a um dispositivo que suspende, até o fim deste ano, a exigência da prova de vida para aposentados e pensionistas beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
No Senado, foram 54 votos a 8 pela derrubada do veto. Na Câmara, foram 353 pela rejeição e 110 pela manutenção do veto. Com a rejeição o dispositivo vai à promulgação.

Já conhece o plano de saúde que a Anasps oferece? Saiba que cuidar da saúde é algo fundamental e traz diversos benefícios.
Muitas pessoas têm inúmeras dúvidas com relação aos planos de saúde, principalmente quando não há muito conhecimento sobre como funcionam os seguros e os benefícios em adquirir um.

A proposta aprovada pela comissão especial da Câmara dos Deputados, de mudança nas regras do funcionalismo público prevê a demissão de servidores públicos e endurece as normas de avaliação de desempenho.
Na prática, o texto abala a tão propalada estabilidade do serviço público ao criar um novo critério para permitir o desligamento de servidores que não tiverem "desempenho satisfatório".

Criado em 2010, o Regime Especial de Atendimento em Turnos (Reat) nas agências da Previdência Social será extinto. O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Eduardo Rolim, explica que, na nova modalidade, servidores que trabalham nas agências vão ter seis horas presenciais, como vem acontecendo, mais duas horas complementares (presenciais ou remotas), em atividades administrativas, para complementar a jornada.

Anasps inicia a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados

Atenção, associado (a)! A Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e Seguridade Social (Anasps) vem por meio deste, informar que (em cumprimento às regras da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD n°13.709/2018), que visa trazer regras para o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, estamos atualizando nossas políticas.

Com a medida, um Termo de Compromisso será enviado para o e-mail dos associados, devendo o mesmo, ser assinado e devolvido à Anasps. É importante ressaltar que o termo também deve ser assinado digitalmente.

A autorização formal (consentimento) dos associados, é essencial para o armazenamento das informações pessoais no cadastro.

Entre os principais pontos da LGPD estão: assegurar o direito à privacidade e proteção de dados pessoais e dos usuários, por meio de práticas transparentes e seguras; estabelecer regras claras sobre o tratamento dos dados pessoais; fomentar o desenvolvimento econômico e tecnológico; fortalecer a segurança das relações jurídicas e a confiança do titular no tratamento de dados pessoais, garantindo a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa das relações comerciais e de consumo; e promover a concorrência e a livre atividade econômica, inclusive com portabilidade de dados.

Com a LGPD, o associado saberá e autorizará o modo como seus dados são trabalhados, seja para fins de pesquisa, ações judiciais com os escritórios jurídicos que são nossos parceiros, cadastramento no plano odontológico ou plano de saúde.

Nossa associação está adotando regras e condições básicas de segurança digital para garantir que seus dados não serão acessados para outros fins.

O processo de finalização da implementação depende do resultado do diagnóstico e do cenário organizacional da empresa.

A LEI

A LGPD tem três divisões temporais. A primeira foi a sanção do texto, pelo então presidente Michel Temer, em 14 agosto de 2018. O texto define a segunda divisão, que foi quando entrou em vigor, em 18 de setembro de 2020. A terceira foi instituída pelo presidente Jair Bolsonaro, no contexto da pandemia, que adiou para 1º de agosto de 2021 as sanções administrativas, dispostas nos arts. 52, 53 e 54.

A lei prevê advertência, a ser aplicada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, com o teto de R$ 50 milhões por infração.

Como anda a sua vida financeira? Assim como em tudo na vida, a saúde financeira também pesa.

Quando o mês chega ao fim, e as contas apertam é difícil não ficar pensando, e dormir parece algo impossível, ainda mais quando não se sabe se o dinheiro vai dar para pagar as contas. E para quem está endividado, ou desempregado, vários distúrbios psicológicos começam a surgir, provocando assim, inúmeros problemas de saúde.

Para que você tenha uma vida financeira equilibrada, existe uma regra de ouro: gaste menos do que você ganha; pesquise preços e compre à vista; guarde 10% do que se ganha; aprenda a comprar o que é realmente necessário e eliminar desperdícios.

Nesta edição do jornal Anasps, o nosso foco é mostrar, que a desorganização pode provocar inúmeros problemas, principalmente em tempos de pandemia, onde tudo parece estar mais difícil.

Levantamento nacional realizado com consumidores, com dívidas em atraso há mais de 90 dias pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), revela que cada vez mais, brasileiros endividados estão sofrendo com males físicos e mentais.

De acordo com a pesquisa, dois em cada três (65,6%) inadimplentes se sentem deprimidos, tristes e desanimados por deverem, e diante da situação, 16,8% recorrem a vícios como cigarro, comida, ou álcool, sobretudo as pessoas das classes C, D e E (17,5%).

Outra pesquisa realizada, dessa vez pela ISMA-BR (International Stress Management Association no Brasil), em 2019, apontou que para 78% dos entrevistados, a incerteza financeira é a principal causa de ansiedade e preocupação.

O dinheiro pode não trazer felicidade, mas um descompasso financeiro acarreta problemas graves de saúde, como baixa autoestima; estresse; insônia; irritabilidade; dores de cabeça; depressão e até mesmo infarto.

Soluções

Apesar de muita gente não ter o hábito de lidar com o próprio dinheiro de forma prudente, mudar essa realidade é perfeitamente possível.

A melhor maneira de evitar esses problemas é cuidando do dinheiro e saber usá-lo de forma correta. Antes de qualquer coisa é preciso estabelecer um ponto de partida, ou seja, entender os gastos e as necessidades.

Ter uma reserva de emergência é fundamental para momentos inesperados como o da pandemia do novo coronavírus. Mas como economizar de maneira lucrativa em tempos tão difíceis? A educação financeira é viável para todos e o caminho para conseguir diagnosticar gastos, orçar as metas e saber para onde vai cada centavo do financeiro.

Ganhar, economizar e investir são os três passos básicos para dar início a uma vida financeira segura.

Rafael Rico, servidor público, educador financeiro e autor do livro: A Mesma História Igual e Diferente de Clarêncio e Justino – Valorize seus $onhos com Educação Financeira, acredita na importância da reserva e do planejamento financeiro.

Segundo o educador, o conceito de organização financeira vai além de simplesmente manter as contas em dia. É comportamento! Confira a entrevista:

1. Porque é necessário manter a vida financeira em dia?

Existem muitos fatores negativos que podem ser desencadeados caso a nossa vida financeira não esteja bem: problemas de saúde, na família, no trabalho. Viver para pagar contas não é uma boa opção!

2. O que é preciso para garantir o controle dos gastos?

Devemos viver em um padrão de vida que seja adequado à nossa realidade financeira. Não dá para gastar mais do que ganhamos. Disso todo mundo sabe. O que é difícil é aceitar que, muitas vezes, para organizarmos nossa vida financeira, é necessário que adequemos e até mesmo diminuirmos nosso padrão de vida.

É intrínseco ao ser humano querer sempre o melhor para si e

para sua família. Mas não dá para fugir da realidade. É muito importante conhecermos todas as nossas receitas e despesas (fixas e variáveis) mensais. Sabendo disso, separe uma parte para sua reserva financeira (que no caso dos servidores públicos deve ser de 6 a 8 meses do valor líquido de seu salário) e não deixe de "se pagar primeiro", ou seja, separar valores para os seus sonhos de curto (1 ano), médio (de 3 a 10 anos) e longo prazo (acima de 10 anos).

3. Qual é o valor mínimo necessário para investir?

Não existe um valor mínimo necessário para investir. Essa crença financeira de que "só investe quem é rico" ou até mesmo "só investe quem pode, quem tem dinheiro pra isso" é um tabu que precisa ser quebrado urgentemente! Quem aqui não conhece aquela vovozinha que recebe um salário mínimo por mês e tem um dinheiro guardado? Pois bem, para iniciar sua reserva financeira de segurança, o fundamental é que você se pague primeiro. Separe um dinheiro para você mesmo antes mesmo de pagar seus boletos! Hoje, com menos de R$ 50, é possível investir no Tesouro Direto, por exemplo. Se você achar muito complicado no início, faça sua reserva nem que seja em uma poupança. Mas faça. Imprevistos não são imprevistos. Eles acontecem.

4. Como praticar a chamada "sustentabilidade financeira"? Como incluir práticas sustentáveis e ainda reduzir os gastos no dia-a-dia?

Esse tema é um dos que mais gosto. Além de servidor público, bacharel em Direito e educador financeiro, também sou graduado e mestre em Biologia pela UnB! Práticas sustentáveis incluem a diminuição de gastos com água, energia, transporte e até mesmo com alimentação (podemos deixar de comprar frutas e verduras que não sejam da estação e assim economizamos um pouco!).

Viver de forma sustentável e deixar o consumismo pelo consumismo é um dos maiores desafios do século XXI. Vemos a degradação do meio ambiente por séculos e séculos e sua intensificação pós revolução industrial. Fico feliz em ver que o movimento minimalista e anti-consumo exacerbado vem sendo difundido de forma gradual e responsável. Quando obedecemos a regra dos 5 R´s, estamos ajudando não só o nosso bolso, mas o planeta em que vivemos: Recicle, Reutilize, Repense, Recuse e Reduza.

5. Como lidar com prejuízos e inadimplência?

Em tempos de pandemia, muitas famílias que não possuíam uma reserva financeira suficiente começaram a ter problemas muito sérios financeiros. Principalmente os autônomos, sabemos disso. Mas como resolver essa situação? Para nós, servidores públicos, o impacto não foi tão grande. Mas de uma forma ou de outra, sentimos um aumento considerável dos preços em supermercados, remédios e demais produtos de consumo.

Lidar com prejuízos e com a inadimplência não é uma tarefa fácil: o importante é colocar as contas na mesa, saber quanto e pra quem se deve, quais são as taxas de juros efetivas, o CET = Custo Efetivo Total das operações de empréstimos e, após fazer esse diagnóstico financeiro, procurar os seus credores e fazer uma RENEGOCIAÇÃO. Veja bem: refinanciamentos NÃO SÃO renegociações. Cuidado! Ao refinanciar uma dívida, você está aumentando o montante final da dívida e o prejuízo pode ser pior.

Aproveite algumas ações de super descontos dados pelas instituições públicas e privadas para quitação de suas dívidas. O feirão limpa nome pode ser uma boa opção, por exemplo. Mas lembre-se: nada adianta renegociar uma dívida se você não terá como pagá-la ao longo do tempo. Planeje-se para garantir o pagamento dessa renegociação. E, mais importante de tudo: não faça novas dívidas! Educação financeira é comportamento. Não é só planilha e número.

6.Dinheiro pode não garantir felicidade, mas um descompasso financeiro pode acarretar problemas de saúde. Quais dicas você pode dar para aqueles que desejam poupar e manter uma tranquilidade financeira?

Quando vamos ao médico ele nos pede exames, não é mesmo? Dessa forma será possível o diagnóstico e a medicação adequada para a prevenção e o tratamento de uma doença. Assim também é com as nossas finanças: é muito importante que nossas receitas e despesas (inclusive os empréstimos e prestações) sejam conhecidas. A partir disso poderemos definir o nosso padrão de vida e evitar problemas de saúde (depressão, ansiedade, síndrome do pânico), com a família e amigos (discussões, separações), no trabalho (absenteísmo e/ou presenteísmo).

Para evitar esse tipo de problema, recomendo tentar viver uma vida mais simples, se puder caminhe e pedale mais e dirija menos (já está economizando com combustível), coma mais frutas e verduras (é mais saudável e mais barato!) e não se esqueça: separe valores assim que receber para sua reserva financeira e para a realização de seus sonhos (de curto, médio e longo prazos).

Conheça a obra

Rafael Rico ensina isso no livro: "A Mesma História Igual e Diferente de Clarêncio e Justino." Através das atividades do livro, você guiará seu filho na jornada da base da educação financeira, incentivando-o a transformar sonhos em realidade! O livro está disponível pela Amazon no site: https://amzn.to/3rWvjN5.

A missão de Rafael é ajudar as pessoas a realizarem seus sonhos através da inteligência financeira.

Concurso do INSS

Deve sair em breve

Instituto alega necessidade de novo processo seletivo

Não é de hoje que se sabe da necessidade de um aumento no número de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após seis anos de longa espera, o novo concurso para a autarquia pode virar realidade e as tratativas saírem do papel.

Isso, porque o texto da Proposta de Lei Orçamentária para 2022 (PLOA), prevê a autorização de 73.640 vagas para diversos órgãos públicos, agências reguladoras, universidades e institutos federais.

Esse motivo pode ser uma esperança para os concurseiros de plantão, que devem manter o ritmo de estudo bem acelerado. Aguardado por milhões de pessoas, o novo processo seletivo do INSS (que aguarda por liberação) é mais uma tentativa para diminuir o déficit no quadro de servidores efetivos do órgão.

O último concurso do INSS foi realizado em 2015 e ofereceu cargos para analista e técnico do seguro social. O Cebraspe foi o organizador. Ao todo, foram 1.087.804 inscritos e os salários na época eram de R$ 4.886,87 e R$ 7.496,09, com lotação em todo o Brasil.

Na tentativa de reduzir a fila de espera de benefícios, o INSS gasta por ano o montante de R$ 96 milhões com salários de militares e aposentados. Desse total, apenas o pessoal da caserna (859 reformados) recebe R$ 40 milhões anuais para o serviço de atendimento. O restante segundo reportagem divulgada pelo jornal Correio Braziliense é dividido entre 1.043 aposentados de outros órgãos e 442 inativos do próprio INSS.

Com a realização de um novo certame, será possível reduzir os gastos com militares e aposentados que foram contratados para trabalhar por falta de pessoal.

A autarquia é um dos principais órgãos durante o período de pandemia que o Brasil enfrenta atualmente. E isso faz com que um novo concurso público para o órgão possa ser aprovado, principalmente em razão das altas demandas.

Com a escassez de servidores, o INSS que é referência para os brasileiros, por prestar serviços essenciais como perícia médica, está preocupado com os riscos que esse problema pode causar.

Nós da Anasps fomos em busca de respostas mais concretas a respeito do assunto. Em entrevista, o presidente do Instituto, Leonardo Rolim, destaca que a iniciativa de realização de um novo concurso público é fundamental.

1. Qual a necessidade de se fazer um concurso hoje para o INSS?

Leonardo Rolim
Presidente do INSS

O INSS passou nos últimos anos por uma grande transformação digital e também por uma grande transformação na gestão, com a criação do teletrabalho e das Centrais Especializadas em Análise de Benefícios. Então, aquela lotação ideal que a gente tinha feito na década passada, não tinha mais sentido. Tivemos que constituir um novo modelo de definição da necessidade de servidores para o INSS, inclusive um novo perfil de servidor. Então, foi feito um amplo trabalho, verificando as demandas futuras de serviços do INSS, e a partir da definição de demandas, identificar a quantidade de servidores que será necessária. Com isso, foi feito o cálculo da quantidade de servidores necessários para cumprir essas demandas. Verificou-se a quantidade de servidores atualmente, a expectativa de aposentadorias até 2023 e a perda dos servidores temporários.

Com base nas aposentadorias, servidores temporários, e nas demandas futuras que teremos nas principais áreas atuação do INSS, foi definida a necessidade de servidores até 2023.

2. É grande a defasagem do quadro?

O estudo que fizemos, identificou a necessidade de até o ano de 2023, um total de 7.571 servidores, e esse foi o pedido que fizemos ao Ministério da Economia. Porém, não quer dizer que hoje o INSS tenha uma defasagem de servidores com esse número. Parte desse número deriva da expectativa de aposentadorias até 2023. Falamos de servidores que não se aposentaram, mas estão em abono de permanência. Só nesse grupo estamos falando de algo em torno de 2.400 servidores, também estamos contando com a saída dos temporários, sendo algo em torno de 2.350, que terão que ser substituídos por servidores efetivos. Só nesses dois grupos estamos falando de 4.800 servidores, que serão para substituição futura.

Não é uma defasagem que teremos hoje, mas teremos sim, nos próximos anos e precisamos nos antecipar e fazer concurso. Além disso, sim, nós temos defasagem em algumas áreas, como é o caso do MOB e, Reabilitação Profissional, só esses dois grupos representam 1.400 vagas que estamos solicitando. Também temos uma necessidade no Serviço Social. Em relação ao Serviço Social principalmente considerando que teremos em um futuro próximo um instrumento único de avaliação biopsicossocial da deficiência, e aí vamos precisar ter mais assistentes sociais, considerando essa nova demanda que teremos para o INSS.

Solicitamos 7.500 vagas. Mas esse número não representa a defasagem da autarquia. Atualmente o INSS possui lacuna em algumas áreas específicas, e o número é bem menor. Mas, se não tivermos o concurso, em um futuro breve, teremos problemas sérios.

3. O número de vagas solicitado vai suprir as necessidades do instituto?

Na nossa avaliação, o número de vagas solicitadas ao Ministério da Economia vai suprir as necessidades da autarquia até 2023. Não é de imediato, mas sim para os próximos anos. Porque o concurso não é um processo que se faz no curto prazo, tem que considerar pelo menos dois anos pra frente.

4. Caso o concurso saia, quais serão as áreas de atuação?

As principais áreas de atuação são: Serviço Social; Reabilitação Profissional; e na recomposição de quadros terá todas as áreas, em relação a analistas. Já em relação a técnicos, a maior parte reconhecimento inicial de direitos, também temos uma parcela considerável, mais de 700 que vão para o MOBI, e essas são as principais, além da substituição dos aposentados, que em relação a técnicos são perto de 2.000 a estimativa de aposentadorias que teremos nos próximos anos. Então, nessa expectativa de aposentadoria, o concursado iria substituir aquele servidor que iria se aposentar na atividade que ele faz atualmente.

“Na nossa avaliação, o número de vagas solicitadas ao Ministério da Economia vai suprir as necessidades da autarquia até 2023. Não é de imediato, mas sim para os próximos anos. Porque o concurso não é um processo que se faz no curto prazo, tem que considerar pelo menos dois anos pra frente.”

O QUE O INSS TEM A DIZER SOBRE O FIM DA JORNADA DE 30 HORAS

Confira a matéria e entenda a decisão da autarquia

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio das Portarias nº 1.345 e 1.347 publicadas no Diário Oficial da União (DOU), pôs o fim ao REAT e a jornada de 30 horas semanais, realizada em turno ininterrupto e amparada pelos Decretos nº 1.590, de 1995 e nº 4.863 de 2003, retomando às 40 horas semanais.

De acordo com as portarias, quem atua nas agências passará a trabalhar seis horas de forma presencial, como já acontecia, mais duas horas complementares, na modalidade presencial ou remota, para se dedicar as atividades administrativas.

Tal medida provocou descontentamento entre servidores, que planejavam uma greve a fim de reverter a situação. Alguns inclusive, chegaram a afirmar que a gestão do instituto está indo além do esperado, obrigando os poucos colaboradores que ainda resistem no atendimento presencial a aderirem aos fatídicos programas de gestão.

Outros questionam que a rotina de trabalho virou uma super exploração, com metas inatingíveis, alegando que a medida desrespeita e retira direitos trabalhistas.

Diante disso, a Anasps, associação que sempre lutou e atuou em defesa do servidor público, em especial o da Previdência, buscou esclarecer as dúvidas sobre a nova modalidade de trabalho e entender a mudança aplicada.

Confira o que diz o presidente do INSS, Leonardo Rolim!

1- O que motivou o INSS a adotar a medida?

Já é um trabalho que o INSS faz há tempos. Estamos trabalhando com base em três princípios. O primeiro princípio é a Legalidade. O setor público, tem que fazer aquilo que é definido em lei. Nós não podemos fazer algo que é ilegal. Isso é um princípio básico. O segundo princípio é a flexibilidade. Nós temos flexibilidade de jornada tanto para os servidores escolherem opções diferentes, tanto para o INSS de acordo com a demanda ter jornadas diferentes de funcionamento das agências. E o terceiro princípio, o maior de todos, que é o interesse público. Então, o problema que nós tínhamos, e já estamos trabalhando nisso há muito tempo buscando encontrar soluções. O primeiro problema: o REAT da forma como estava implantado, não estava cumprindo o princípio da legalidade. O REAT tem uma série de condições para a agência fazer parte dele, e a maior parte das agências que estavam no REAT não cumpriam as regras legais. Nós tínhamos em torno de 246 agências apenas que cumpriam as regras, a grande maioria não cumpria. Então, nós tínhamos duas opções: ou manter o REAT para 246 agências, ou sair da caixinha e esquecer o REAT e criar um novo modelo que atendesse a todas as agências do INSS, teríamos servidores de duas categorias, aqueles que estão no REAT e os que não estão cumprindo a lei, inclusive não cumprindo a determinação de órgãos de controle, que há bastante tempo vem nos pressionando a cumprir. Então, nós buscamos uma forma que fosse legal, demoramos bastante tempo, pois estávamos construindo todo o processo, passando pela análise nos órgãos jurídicos para que essa solução seja uma solução que não tenha problemas com órgãos jurídicos e de controle. Então, pelo princípio da legalidade, apresentamos os modelos que estão colocados. Olhando pelo lado da flexibilidade, primeiro lugar em relação ao INSS, às agências vão ter um horário de funcionamento de acordo com a demanda. Então o padrão vai ser 6h de funcionamento, preferencialmente entre 7h às

14h, que é o horário que a grande maioria dos cidadãos procuram o INSS, segundo nossos dados. Algumas agências têm perícia e avaliação social no contra turno. Então, as agências vão funcionar para os demais serviços de 7h às 14h, mas sem prejuízo de funcionar quando for o caso para perícia e avaliação social no contra turno, tendo nesse horário apenas uma equipe mínima de apoio a realização desses serviços. Além disso, temos algumas agências que o movimento não justifica sequer às 6h. As pessoas em muitos lugares procuram o INSS de 7h às 12h. Depois das 12h, muitas cidades principalmente no interior não há praticamente procura. Então esse modelo permite a flexibilidade em algumas agências de menor movimento, em que os cidadãos já procuram em um horário mais reduzido, possamos ter um atendimento ao público de 5h ou mesmo de 4h, então isso traz mais flexibilidade.

E como fica em relação ao servidor? Primero quero tranquilizar o servidor. No primeiro momento, continua o padrão de jornada da covid-19 de 6h. Pela lei nossa jornada de trabalho é 40, então o servidor vai ficar 6h presenciais, e tudo de acordo com a lei, ele terá mais 2h remotas que ele fará atividades complementares. Tudo isso irá acontecer com calma, durante um período de avaliação, e até o final do ano não vai ter que haver a comprovação dessas atividades remotas. Só vai começar a ser exigida a comprovação das atividades remotas a partir de 1° janeiro de 2022, até lá é um período de adaptação, para que tudo ocorra com tranquilidade e maior comodidade para todos, até porque ainda estamos com o protocolo covid-19.

Além dessa possibilidade de uma jornada híbrida, no primeiro momento continuará sendo 6h mais 2h remotas, valendo em termos de comprovação de trabalho remoto a partir de 1° de janeiro. Além disso, essa jornada híbrida, se a agência funcionar 5h, ela pode ser cinco mais três, ou se funcionar 4h, poderá ser quatro mais quatro. Então em um primeiro momento será 6h mais 2h, mas em algumas agências, de acordo com a definição da superintendência regional, de acordo com a realidade de cada agência poderá ter um horário menor. Na verdade, em muitos casos, o servidor terá uma jornada presencial menor do que a que tinha com o REAT.

Além disso, dentro do princípio de flexibilidade o servidor tem outra possibilidade que é o Programa de Gestão do Atendimento Presencial. Nesse programa de gestão, ele não tem jornada fixa, não precisa preencher o SISREF, ele vai ter que atender os agendamentos que tiverem feitos para ele, e complementar a pontuação com atividades de retaguarda de agência, que ele pode fazer inclusive entre um agendamento e outro.

Então, nós temos a possibilidade da jornada híbrida, a possibilidade do Programa de Gestão do Atendimento Presencial, e aqueles que não quiserem nenhuma dessas opções, eles podem ficar na jornada de 8h.

2- A nova modalidade será obrigatória? Existe exceções?

Todas as agências terão o mesmo tratamento. Inclusive esse novo modelo se aplica aos gestores das agências, coisa que o REAT não fazia. Todos que trabalham no atendimento terão direito a essas três opções: optar pela jornada híbrida, ou pelo Programa de Gestão de Atendimento Presencial, ou se não quiser nenhum dos dois, ficar na jornada de trabalho de 8h.

3- Acredita que a nova modalidade de atendimento será suficiente para reduzir a fila de espera?

Em primeiro lugar, o objetivo principal dessa mudança foi atender as necessidades de cumprimento da lei e de flexibilidade de atendimento. Acreditamos que isso terá um efeito colateral positivo de reduzir as filas dos serviços de retaguarda de agência, como por exemplo, o serviço de pós perícia. Essa nova modalidade vai ajudar a acelerar na análise de pós perícia. Isso contribui no terceiro fator que é o interesse público. Porém, o objetivo principal é ter uma regra de atendimento que atenda a lei e que adeque o INSS a necessidade de atendimento da população. De tal forma, que a gente atenda a população da melhor forma possível no horário que de fato a população busca o INSS.

4- Existem novidades? O que os segurados e servidores podem esperar do INSS?

Nós estamos implementando uma série de mudanças importantes, tanto para melhorar as condições de atendimento ao cidadão, quanto as condições de trabalho dos nossos servidores. Em relação ao atendimento do cidadão as grandes novidades que nós temos é a questão do autoatendimento orientado, que é a forma de acolher aquele cidadão que tem dificuldade de inclusão digital. O INSS passou por uma transformação digital, mudou a forma de relacionamento com o cidadão, mas nós não podemos deixar para trás aquele que não tem a inclusão digital, então estamos trabalhando nesse sentido. O atendimento orientado é uma linha, nós estamos com piloto em 28 agências e, esperamos em breve, ampliar para todas. Então, se o cidadão precisar tirar um extrato, ou tirar uma dúvida, ele poderá ir à uma agência e será bem acolhido.

Outra novidade também de acolhimento do cidadão, é a liga-

ção gratuita de celular para o 135. Foi aprovado em lei recentemente, e nós estamos trabalhando para viabilizar a contratação. Os cidadãos mais vulneráveis muitas vezes não têm um telefone fixo, ele só tem o celular, muitas vezes ele não tem crédito e ele acaba tendo dificuldade de acessar o 135.

Em relação aos servidores, nós temos um trabalho que está sendo feito há muito tempo com a Dataprev, para reduzir as instabilidades e indisponibilidades de sistema. Isso passa por toda uma modernização do nosso sistema, e também por uma melhoria da infraestrutura que a Dataprev disponibiliza para um conjunto de sistemas da plataforma previdenciária. Acreditamos fortemente que esses problemas vão ser reduzidos, já reduziu um pouco, mas esperamos que sejam fortemente reduzidos nos próximos meses. Além disso nos próximos meses, iremos contratar diretamente os links de internet. Em um primeiro momento trabalhamos junto a Dataprev para aumentar a velocidade dos links. Na maior parte das agências era 512, agora é 1 MB, ainda é muito pouco. Lembrando que esse 1MB é o que se chama de internet dedicada, que é muito mais do que 1 MB na nossa casa, mas mesmo assim é muito pouco, não é o necessário para o instituto. Nessa nova licitação, o INSS vai contratar diretamente, vai abrir uma ampla concorrência, com velocidade muito superior e acreditamos que muito em breve teremos essas melhores condições de trabalho para nossos servidores. Outra linha que estamos trabalhando para melhorar as condições de trabalho, é a substituição dos computadores. Já tivemos a licitação, já temos o contrato assinado, agora estamos esperando apenas a liberação orçamentária para podermos começar o processo de substituição dos computadores. Essas são algumas linhas que estamos trabalhando em relação as condições de trabalho.

Outro ponto muito importante é o projeto-anjo, dentro de um esforço que o INSS está fazendo de melhorar a qualificação dos servidores, e do outro lado reconhecer algo que já existe há muito tempo, que é a colaboração entre servidores. Aqueles servidores mais experientes colaboram com os que possuem menos experiência. Eles vão fazer isso agora, de forma reconhecida, tanto no sentido de serem remunerados por esse trabalho que eles irão fazer, de apoiar, de serem mentores dos seus colegas, como também com apoio pedagógico para fazer ainda melhor aquele trabalho que ele já fazia. Essas são algumas ações importantes que estamos implementando. No caso do projeto-anjo, já houve a seleção, tivemos um piloto que foi muito bem-sucedido, vamos ter cerca de 280 anjos que vão começar o trabalho, onde cada anjo terá 10 mentorados.

5- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Dizer que a direção do INSS continua comprometida com a consolidação da Carreira do Seguro Social, como Carreira Típica de Estado. Sabemos que a Anasps tem feito um trabalho de articulação muito forte em relação a esse tema. Do lado administrativo nós estamos fazendo o mesmo junto a SGP, e acredito que todos em conjunto conseguiremos, porque a Carreira do Seguro Social é uma carreira importantíssima, que possui atribuições exclusivas, atribuições que só existem na administração pública que não tem similar na administração privada, nem são atividades que outras carreiras da administração pública podem fazer. Para mim, esses são os dois princípios básicos que configuram uma Carreira Típica de Estado. É extremamente estratégica, porque é responsável pela execução de mais da metade da despesa primária da União. Estamos juntos para fazer um INSS cada vez maior. O INSS é sem dúvida a grande agência social da União. E uma instituição só é forte quando ela tem uma carreira forte e vice-versa. Então, temos que fortalecer a instituição INSS e fortalecer a Carreira do Seguro Social.

“Outro ponto muito importante é o projeto-anjo, dentro de um esforço que o INSS está fazendo de melhorar a qualificação dos servidores, e do outro lado reconhecer algo que já existe há muito tempo, que é a colaboração entre servidores. ”

Bacharel em direito pela UEPB, especialista em Gestão de Seguridade Social pelo Centro de Formação da ONU/OIT em Turim, Itália, Jobson Silveira Sales, que já foi diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e assumiu a direção do Regime Próprio de Previdência Social da União (RPPSU).

Em entrevista exclusiva à Anasps, Jobson destacou os principais pontos e trabalhos que estão sendo realizados, as boas ações, os desafios encontrados frente à direção, e as novidades que serão implantadas pelos próximos meses.

Um dos pontos em destaque pelo diretor, é o Decreto n.º 10.620/2021 que define que o INSS terá a competência e irá centralizar a concessão e manutenção de aposentadorias e pensões de autarquias e fundações públicas do Poder Executivo. Um dos grandes objetivos é reduzir custos e enxugar o número de processos que hoje são feitos de forma isolada.

Além disso, outra novidade que deve vir para modernizar os sistemas do instituto é a criação de cinco canais de atendimento para os funcionários públicos.

Confira!

1- Como tem sido o andamento das ações frente à Direção do RPPS?

Houve um decreto do governo federal de nº 10.620 de 5 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a competência para a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do RPPS no âmbito da administração pública federal, mas, um pouco antes disso, o INSS já estava fazendo a centralização do seu próprio RH. Nós somos a maior instituição, dentre aquelas que vão ser centralizadas nesse processo. O INSS por ele próprio, já responde por 18% de toda a demanda. Por ser tão grande, o próprio INSS desde dezembro do ano passado, já estava fazendo sua própria centralização no que diz respeito as aposentadorias e pensões do seu funcionalismo. Logo após, veio o decreto, e esse decreto gravou que a administração indireta do Poder Executivo Federal, que são 161 instituições, dentre as quais todas as universidades federais, todos os institutos federais de pesquisa, ficou a cargo do INSS fazer essa centralização. Desde então, a gente começou os hábitos jurídicos e operacionais para tanto. Já visitei vários estados e os órgãos federais, para iniciar esse processo que será firmado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT). O presidente do INSS que é a autoridade máxima da instituição, assina esse acordo, e a partir daí a gente começa a fazer no INSS as aposentadorias e pensões daquele órgão, o que é uma novidade completa. Tradicionalmente no Brasil os órgãos públicos federais fazem a sua operação de Previdência no seu próprio RH. Agora, o INSS é que vai fazer essa operação. A Universidade Federal de Campina Grande/PB foi a primeira a pedir aposentadorias e pensões no INSS.

2- Ao assumir a direção do RPPS, quais os maiores desafios encontrados?

Nós tivemos inúmeros desafios. Eu diria que mais que um desafio, nós tivemos uma bela oportunidade. Ao contrário da formação do INSS e da Previdência no Brasil ao longo dos anos, em que não houve um momento zero em analisar e estudar a

demanda, e com isso criar uma instituição "chave e fechadura", completamente adequada a demanda, na área de Regime Próprio a gente teve essa possibilidade. Os desafios foram: fazer cálculos de projetos matemáticos, entrar em contato com instituições e fazer essa política institucional, mas o RPPS dentro do INSS teve uma vantagem: saber que isso iria acontecer e poder se preparar. Nós fizemos um trabalho com mais de 200 páginas, onde estudamos o comportamento das aposentadorias e pensões, durante 10 anos no governo federal, entre os anos de 2010 e 2019, e encontramos comportamentos típicos, sazonais mais previsíveis dos pedidos de aposentadorias e pensões. Nesse trabalho ficou claro que o funcionário público federal tende a pedir aposentadorias nos meses de janeiro, fevereiro e março, ou seja, quando ele emenda com as suas férias. Então isso faz com que a gente, com brevidade, possa se preparar para tanto.

Outro ponto, é que nós sabemos exatamente a quantidade de funcionários federais. Isso faz com que a gente tenha uma pirâmide etária em que se identifique quem está em abono permanência, ou seja, quem está na iminência de exercer o ato de aposentadoria e nós conseguirmos nos preparar para isso. Em relação à população geral brasileira que é chamada cobertura previdenciária, que é o funcionamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), esse é muito mais difícil de fazer previsão. Por exemplo, nós temos uma dificuldade enquanto país, de aumentarmos a inclusão previdenciária, ter mais gente protegida pelo regime, mais gente contribuindo e, ao mesmo tempo nós temos dificuldade em saber quem são as pessoas que no Brasil trabalham de forma autônoma ou informalmente. Foi a mesma dificuldade que vivenciou o governo federal e a Caixa Econômica Federal, para fazer o pagamento do auxílio emergencial. No RPPS essa dificuldade não existe. Todo mundo que é funcionário público tem seu cadastro, dados muito bem organizados, se sabe quem são essas pessoas, quando entraram, que idade tem, e onde estão. Então, para a gente foi simples reunir esses dados, transformá-los em informação e podermos modelar uma operação que vai estar adequada ao tamanho da demanda.

3- Existem demandas pendentes?

Das 161 instituições federais, o INSS é a maior delas. É a instituição que tem mais funcionários ativos e inativos, quando eu somo os nossos aposentados e pensionistas, o INSS ultrapassa 70 mil vidas (pessoas). É de longe a maior instituição entre todas as fundações e autarquias do governo federal. Então, só nós, representamos cerca de 18% da demanda das 161 instituições. Desde dezembro de 2020, o INSS não concede aposentadorias e pensões nos seus Recursos Humanos os servidores já pedem nesse modelo, nessa Central de RPPS. Então, sim, já há demandas.

4- Você poderia nos explicar como vai funcionar a centralização dos pedidos de pagamento de aposentadoria e pensões do pessoal civil pelo INSS?

Nós vamos manter os canais de atendimento tradicionais. Qual era o meio usual que o servidor público federal das autarquias e fundações tinha para pedir aposentadoria, pensão e auxílio-funeral, por exemplo? Ir presencialmente no RH da sua instituição. Isso vai continuar sendo possível. Só que quando ele chegar no RH, o RH não mais vai fazer o processo, ele apenas vai instaurar eletronicamente no nosso sistema do INSS. Esse processo imediatamente vem para o INSS, nessa fila eletrônica, e ele é distribuído para o funcionário do INSS. Então o RH continua sendo um elo para o seu funcionalismo, tanto o nosso do INSS, como o de qualquer instituição, em relação a seus funcionários. Só que agora, o INSS é que faz a análise. Além do RH, pra gente não quebrar esse liame de contato face a face, de atendimento mais humanizado, e atendimento mais personalizado, a gente também vai criar outros canais. Do mesmo jeito que existe o call center do RGPS, que é o 135, haverá o canal somente do funcionalismo público, que já foi autorizado pela Anatel, cujo número é o 1358. Sete dias da semana, 24h por dia, o funcionário público federal vai poder ligar para esse número. Tudo indica que a operação inicia-se no final de outubro, ou seja, coincidindo com o dia do funcionalismo público, e nesse número será possível, tirar dúvidas sobre benefícios e peticionar benefícios, pedir aposentadorias e pensões. Das 7h da manhã às 21h vai ter uma bateria de analistas de nível superior para atendimento, e no período da madrugada e no domingo, terá uma URA (Unidade de Resposta Automatizada), onde o servidor vai falar com um software de inteligência artificial, que ainda assim vai ter as opções: disque 1 para informação, 2 para pedir aposentadorias, e assim sucessivamente. Então, além do próprio RH e do atendimento humano que já existe, terá um call center até o fim de outubro.

Além disso, serão criados cinco canais de atendimento, ou seja, dar variabilidade e opções para os usuários desse sistema. Nós vamos ter um WhatsApp transacional, vai ser um dos primeiros WhatsApp Business do governo federal, o primeiro do

INSS, e que a partir de dezembro, que esse é o nosso cronograma de licitação, a partir daquela data o funcionário público federal vai ter um WhatsApp do INSS para sanar dúvidas e pedir benefícios. Vai ser uma grande inovação. Esse é inclusive, uma ante sala para um projeto que teremos no futuro, fazer o que os países mais desenvolvidos do mundo fazem. O WhatsApp pertence ao Facebook, e em alguns países como a Nova Zelândia e Austrália, se faz política pública e interação com o governo por meio de rede social. Então, a partir de dezembro teremos um WhatsApp, e no próximo ano queremos fazer transações previdenciárias pelas redes sociais.

Estamos trabalhando ainda na possibilidade, de a própria rede do INSS, as 1.600 agências do instituto espalhadas pelo país, também ser um canal, como se fosse uma extensão dos RHs das instituições, onde ali os funcionários da Previdência Social terão um teleprompter, uma tela com um resumo da parte do funcionalismo, em que ele também conseguiria dar informações para tanto.

Como quinto canal temos o Sou.Gov, que logo vai se tornar transacional. De acordo com o cronograma do Serpro em breve o SouGov, permitirá ao funcionário solicitar os benefícios.

5- Qual a expectativa do órgão com essa medida?

A nossa expectativa, é conseguir ter a oportunidade de fazer uma operação gerenciada já de saída, com análise de oferta e demanda, ou seja, muito mais controlada. Junto também da ideia e do fato de que temos uma previsibilidade em relação ao estudo que fizemos do histórico do funcionalismo federal e sabemos precisamente quem são esses trabalhadores que são todos absolutamente formalizados. A expectativa é que o INSS entregue uma operação muito eficiente. É para isso que estamos nos preparando.

6- Para esse ano, os servidores podem esperar alguma novidade?

São belas novidades eu diria. Algumas delas vão ser tão disruptivas, como, por exemplo, no próximo ano ter redes sociais transacionais, elas vão dar uma sacolejada no serviço público brasileiro. Muita gente por aí vai ter que "rebolar" para oferecer um serviço com um nível de acessibilidade e inclusão digital que o INSS vai oferecer nessa área do funcionalismo e que já irrompe e já oferece no Regime Geral de Previdência Social. Então, acho que essas são as principais novidades.

Irei adiantar alguns pontos que poderemos vir a ter no final de 2022. Nós estamos trabalhando com uma POC (Proof of Concept), que seria uma prova de conceito junto ao Serpro e ao Ministério da Economia. Essa prova de conceito quer utilizar a aquisição de mercado de um software de inteligência artificial que faria duas coisas: com a lista de funcionários federais que temos, ele vai varrer os Diários Oficiais buscando publicações todos os dias e ele vai manter um assentamento funcional digital para essas pessoas, sem que um ser humano tenha que colocar a mão, liberando uma quantidade muito alta de horas de trabalho da máquina pública federal e tornando o estado brasileiro consequentemente mais eficiente. Eu não estou falando em algo das nuvens. Estou falando de algo que institutos como o Instituto de Previdência do Mato Grosso já faz. Fomos buscar um projeto de troca de experiência e descobrimos essa excelente experiência do estado. Além disso, esse software lá no Mato Grosso, por ele ter o chamado OCR – que é a leitura de documentos inclusive em formato PDF, quando alguém pede uma aposentadoria, esse software varre o histórico dessa pessoa e ele dá em alguns segundos a possibilidade se essa pessoa tem ou não o tempo de se aposentar. Com isso, pode-se fazer com que uma grande quantidade de petições do funcionalismo federal não só seja decidida em cinco dias, mas sim, seja decidida em segundos, fazendo com que a mão de obra que está ligada a esse tipo de atividade possa ser destinada apenas para os trabalhos mais complexos e sofisticados, ou seja, para petições e pedidos de aposentadoria que o software não consegue fazer. Essa é uma entrega que a gente quer fazer e que tornaria o Poder Executivo Federal e a União na área de Recursos Humanos, folha de pagamento e especialmente da operação previdenciária uma das mais desenvolvidas em se tratando de estado do mundo. Essa é uma entrega que a gente vai fazer.

7- Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

Gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que o instituto vai estar trabalhando fortemente para fazer esse processo acontecer. A parceria que estamos fazendo com todas as instituições públicas federais tem sido vital. Temos recebido o apoio e colaboração, e cooperação dessas instituições. **Agradecer ao INSS e dizer ao funcionalismo que fique tranquilo que vai ter sua operação previdenciária feita por uma instituição que não vai misturar filas, não vai misturar regimes, nem contabilidade, vai fazer isso de forma especializada com preparo prévio, com dados muito claros e que vai entregar as petições em no máximo cinco dias.**

Final de ano, férias, ufa!
Com o Clube Anasps dá para viajar

Final de pandemia, fim de ano, férias, momento de recarregar as baterias, expectativas que trazem um renovo a todos os associados ao Clube Anasps. Se você é associado da Anasps, automaticamente é associado do Clube Anasps e como tal você pode desfrutar desse benefício, basta apenas acessar ao site e emitir o cartão de associado.

Planejar as férias é extremamente importante, ainda mais em épocas de altas temporadas. Analise o que é mais válido: estar com a viagem paga e sair sem pensar em gastos, ou pensar em arcar com os custos quando chegar no destino escolhido? Não precisa muito para ter uma resposta concreta. Para melhor se organizar, com preços vantajosos, o Clube Anasps apresenta oportunidades ímpares que lhe trarão economia e fará muita diferença no seu retorno. O seu clube de benefícios, servidor, conta com alguns convênios de natureza nacional, como os hotéis da rede ACCOR, o aluguel de automóvel da MOVIDA e mais de 2.800 convênios que viabilizarão a sua economia.

Nós do Clube Anasps, contamos com diversos parceiros renomados. Hoje os campeões de vendas do Clube são as farmácias, atendendo ao associado e seus familiares, com grande vantagem de descontos, surpreendendo inclusive os dependentes dos associados do Clube Anasps garantido ao usuário uma postura de melhoria da sua qualidade de vida.

Além de garantir grandes benefícios, o Clube Anasps modernizou sua plataforma com a finalidade de estreitar os laços com seus associados, tornando seu layout moderno de fácil uso, com abas voltadas às ofertas do dia; novos convênios e lives que são realizadas no canal do YouTube. E, se por algum motivo, você perdeu algum encontro, não se preocupe. O Clube Anasps disponibiliza em seu canal todas as lives realizadas, que se tornaram um celeiro de aprendizagem.
Entendemos que alguns associados apresentam certa dificuldade de navegar no site, dificultando às vezes o acesso ao fornecedor do produto ou serviço procurado, assim disponibilizamos o serviço de WhatsApp para que essas dúvidas sejam sanadas e criamos uma maior interação com o nosso associado. Conecte-se conosco através do número (61) 3322-0210. Você, associado, é sempre bem-vindo!

Se você se aposentou e está oferecendo serviço, teremos o maior prazer em divulgá-lo, mesmo como pessoa física, basta preencher o contrato disponível no site do Clube. Caso conheça uma empresa que seja de seu interesse que faça parte do clube Anasps, oferecendo descontos, através da sua indicação faremos o contato com essa finalidade.

Os descontos do Clube Anasps, além de cobrirem a mensalidade da Anasps, ainda viabiliza sonharmos e concretizarmos o sonho com viagens inesquecíveis. Contamos com empresas conveniadas para você.
Não fique de fora! Comece o novo ano com o pé direito, curta seus amigos, sua família, e experimente a sensação de se libertar do ano que fica. Os melhores descontos estão no Clube Anasps.

Para conferir as empresas parceiras em sua região ou ainda verificar as categorias oferecidas, basta acessar o portal do Clube Anasps através do endereço: www.clubeanasps.com.br. Lá estão disponíveis todas as informações das marcas, os respectivos descontos e ainda as promoções oferecidas exclusivamente para os filiados.

Tenha o seu clube, planeje a sua viagem e aproveite os descontos exclusivos. O Clube foi criado e pensado para você!

Estar em dia com a saúde é importante. E os dentes não fogem dessa regra! O cuidado com a saúde bucal deve começar desde criança. Além de iniciar bons hábitos, evita problemas graves. Conservar os dentes saudáveis é fundamental em todas as idades e ao contrário do que muitos pensam, manter a saúde bucal em dia vai além da escovação e uso de fio dental.

Dados da mais recente Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, divulgada em 2020, revela que menos da metade dos brasileiros consultou um dentista nos 12 meses anteriores à data da entrevista. Dos 162 milhões de brasileiros acima de 18 anos, 34 milhões perderam 13 dentes ou mais e 14 milhões perderam todos os dentes.

Os números são alarmantes e podem ter consequências graves. Segundo o Instituto do Coração (Incor), 45% das doenças cardíacas e 36% das mortes por problemas cardíacos estão relacionadas a infecções bucais não tratadas. Por isso, a necessidade de um plano odontológico. Afinal, o sorriso é o cartão de visitas de qualquer indivíduo.

Pensando nisso, agora é possível ter acesso ao mais novo benefício, o Plano Odontológico Hapvida/Anasps, totalmente gratuito e sem coparticipação para associados. Aqui você não paga nada. A Anasps paga o plano e oferece para você.

E tem mais! No plano Hapvida/Anasps você pode incluir seu dependente e garantir que o sorriso de sua família esteja em boas mãos. O valor é vantajoso e cabe no seu bolso: (R$ 10 por pessoa), mensalmente.

Com uma ampla rede credenciada que atende em âmbito nacional, o Plano Odontológico Hapvida/Anasps, conta com profissionais de referência em odontologia que estão prontos para auxiliar você com a nobre arte de sorrir.

Não perca a oportunidade de sair sorrindo por aí. Ter um plano odontológico é sinônimo de segurança e valoriza a saúde. Usufrua do seu benefício. Com o plano odontológico Hapvida/Anasps, você alcança inúmeros benefícios que toda saúde bucal merece.

- Rede de profissionais capacitados para tratar você;

Imagine ter vários profissionais experientes a seu dispor, sem ter que gastar com isso? É bom né? Com o plano Hapvida/Anasps você pode escolher aquele que achar mais adequado.

- Ampla rede de atendimento;

Você não precisa se preocupar onde será atendido se tiver algum imprevisto. O plano Hapvida/Anasps está presente em âmbito nacional, com mais de 15 mil clínicas credenciadas, presente em todas as capitais e mais de 650 municípios.

- Atendimentos de urgência e emergência;

Muitas pessoas só procuram o dentista em casos extremos, e certamente pagam um preço 'salgado'. Com o plano Hapvida/Anasps você tem acesso à atendimentos de urgência e emergência, em clínicas conveniadas e a qualquer hora do dia ou da noite.

- Uso recorrente;

Outra vantagem de preencher o formulário do plano Hapvida/Anasps é que além de ser gratuito para todos os associados e com custo de R$ 10, por dependente, você terá a possibilidade de consultar quantas vezes for necessário, para manter o sorriso em dia.

- Relação entre custo e benefício;

Você já fez as contas de quanto gasta sempre que vai à um dentista? Sai caro né? Com o plano odontológico, você associado não paga nada, e dependentes apenas R$ 10 reais mensais por pessoa, e podem usufruir de todos os tratamentos oferecidos.

- Bem-estar;

Entenda: a estética mexe muito com a nossa autoestima. No entanto, com o plano odontológico, você tem acesso aos melhores tratamentos para garantir seu bem-estar e qualidade de vida.

Adesão

Para preencher o formulário você, associado (a), deverá acessar a página: www.anasps.org.br/plano-dental-hapvida-anasps/, clicar em: "Clique aqui e preencha a ficha de adesão", incluir os dados solicitados e aguardar e-mail de confirmação.

Na mesma página é possível realizar a inclusão de dependentes.

É importante ressaltar que, com o preenchimento do formulário até o 5º dia útil do mês corrente, o plano ficará disponível para utilização no primeiro dia útil do mês subsequente, respeitando carências previstas na ANS, contadas a partir da disponibilização do plano: 24h para os atendimentos de urgência/emergência, 60 dias para Diagnóstico, Prevenção em Saúde Bucal e Dentística (Restaurações) e 180 dias para os demais casos.

O plano segue todo o rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Aposte em você! Revolucione e cresça com os cursos da Faculdade Anasps

Cultive o saber e não fique estagnado em uma única área.
Cursos gratuitos para associados

Por mais que você seja apaixonado por sua profissão, é sempre bom ampliar os conhecimentos e se especializar em outras áreas, afinal o mercado de trabalho exige cada vez mais.

A Faculdade Anasps fruto da vertente educacional da Anasps, iniciou seus trabalhos no 1° semestre de 2017 com a finalidade de difundir o ensino em todo o território nacional. Mediante a oferta de cursos livres, a plataforma digital da Faculdade Anasps estende-se aos associados e a sociedade em geral, promovendo discussão técnica sobre assuntos de relevância no âmbito acadêmico e científico.

E o melhor de tudo é que você não precisa estourar o orçamento para fazer parte da nossa instituição. Para associados, todos os cursos são gratuitos e para a sociedade em geral, os preços são especiais e vantajosos.

Totalmente a distância, os cursos livres praticamente dispensam o aluno de ir à faculdade ou ao polo. Ele faz quase tudo de casa, por meio da internet.

Além de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e crítico, a Faculdade Anasps visa também formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais do momento e para a participação no desenvolvimento sustentável da sociedade, e colaborar na sua formação contínua.

A educação é essencial para uma carreira bem sucedida. Não perca a oportunidade. Prepare-se para o mercado de trabalho. Com uma enorme opção, para participar é simples: basta ter um computador, ou tablet conectado à internet e acessar os conteúdos.

Lembrando que todos os cursos possuem certificado.

ATUALMENTE, A FACULDADE ANASPS CONTA COM 90 CURSOS

- Aposentadoria do Servidor de Previdência
- Associativismo, Cooperativismo, Empreendedorismo e Economia social
- Automassagem
- Benefício por Incapacidade
- Cinemática
- Circuitos Elétricos
- Clareza Textual
- Compliance
- Conteúdos e Metodologias do Ensino Religioso
- Crimes Contra o Patrimônio
- Currículo: Teoria e Prática
- Desafios Sociais na Escola e na Sociedade
- Descomplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal
- Dicas para Apresentação – Otimizada
- Direito do Consumidor
- Direito e Educação Ambiental
- Direito Previdenciário
- Direito Previdenciário na Prática
- Disciplina de Avaliação
- Dispositivos Eletrônicos
- Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
- Educação das relações étnico-raciais
- Educação de jovens e adultos
- Educação e Multimeios
- Educação Emocional
- Educação especial e o espectro autista
- Educação, Comunicação e Tecnologia
- Educação, Diversidade e Inclusão
- Empregado Doméstico
- Espanhol Básico
- Estado, Sociedade e Terceiro Setor
- Estatística Aplicada a Educação
- Estatuto do Idoso
- Ética e Compromisso Profissional
- Ética, Cidadania e Responsabilidade Social
- Filosofia
- Filosofia da Educação
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Artes
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Ciências
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Educação Física
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Geografia
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História
- Governança nas Empresas Estatais
- História da Educação
- Inglês básico I
- Inglês básico II
- Interpretação de Texto (em breve)
- Introdução ao Orçamento Público Federal
- Introdução ao Sistema Constitucional Tributário
- Jogos e Brincadeiras
- Legislação e Organização da Educação Básica
- Leitura e Produção Textual
- Lógica Proposicional
- Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF para Municípios
- Ludicidade e Musicalidade na Educação
- Mestre de Obras
- Metodologia da Pesquisa
- Metodologia e Fundamentos da Educação
- Microeletrônica
- Noções Básicas de Política e Cidadania
- Noções Básicas de Riscos
- Noções de Processo Legislativo
- Novas Regras de Aposentadorias e Pensões
- Pedagogia de Projetos
- Pensão por Morte do Servidor Público
- Planejamento e Avaliação na Educação Infantil
- Política Nacional de Educação Ambiental
- Porcentagem, Juros e Probabilidade
- Português Intermediário
- Português para Estrangeiros
- Português para Provas e Concursos
- Prática de Alfabetização
- Psicologia da Aprendizagem na Educação Infantil
- Psicologia da Aprendizagem nos anos iniciais
- Psicologia da Educação
- Psicologia do Desenvolvimento
- Psicopedagogia e Desenvolvimento Humano
- Reabilitação Profissional
- Redação Oficial
- Reforma da Previdência
- Reforma Trabalhista
- Seguros Especiais e Rurais
- Sistema Político Brasileiro
- Sociologia da Educação
- Sociologia da Infância
- Súmulas e Princípios da Administração Pública
- SUS – Sistema Único de Saúde
- Telemarketing e Call Center
- Trigonometria
- Vetores no Plano

Você sabe como acessar os cursos da Faculdade Anasps? Confira o passo a passo

1° passo: Acesse o site www.faculdadeanasps.com.br

2° passo: Selecione a opção “cursos”;

3° passo: Depois, clique em “cursos livres”;

4° passo: Escolha entre as categorias disponíveis (direito, educação e cultura, gestão pública, idiomas, preparatórios, profissionalizantes ou seguridade social);

5° passo: Toque em “comprar”. Lembrando que associados não pagam nada. Entre em contato com a Secretaria Acadêmica da instituição e pegue o cupom de desconto.

Pronto!

Diferenciais da Faculdade Anasps

Reconhecimento

Instituição de Ensino Superior Credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) através da portaria n° 775 de 22 de julho de 2016, publicada no D.O.U de 25/07/2016. O curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) com nota 4,28. Sendo considerada uma das melhores instituições do país.

Corpo docente de excelência

Professores de nomes renomados na área previdenciária, capacitados e comprometidos com a formação integral de novos gestores.

Biblioteca

Laboratórios de informática, bibliotecas e salas de apoio com toda a infraestrutura que os alunos necessitam para poder complementar de forma adequada seu processo de aprendizagem.

Espaço do aluno

Ferramenta online de suporte acadêmico e administrativo que traz bastante agilidade para o dia a dia. No espaço do aluno, é possível consultar informações sobre o seu curso, notas e faltas, além de realizar a solicitação de serviços sem ter que ir até a secretaria fixa.

Planeje seu dia, crie um cronograma de produtividade, e amplie conhecimentos. Para um melhor aproveitamento do seu aprendizado, foque nas dicas:

· Escolha um local calmo, arejado e iluminado para estudar. Evite barulhos que possam despertar sua atenção;

· Escolha também cadeira e mesa confortáveis. Conforto é importante, mas não exagere! Nunca estude deitado, pois assim o sono pega;

· Organize-se! Deixe sempre por perto seu material para não ter que ficar levantando a toda hora para procurá-lo. Isso tira sua concentração e faz seu rendimento cair;

· Procure estudar todos os dias num mesmo horário;

· Escolha para estudar o período do dia em que normalmente você já não faz nada ou tem poucas atividades.

Anasps está otimista com recriação do Ministério do Trabalho e Previdência

O presidente Jair Bolsonaro por meio da Medida Provisória nº 1.058/2021, recriou o Ministério do Trabalho e Previdência. A decisão consta na edição do Diário Oficial da União (DOU). Com a recriação, o governo federal voltará a contar com 23 ministérios.

A mudança que integra uma minirreforma ministerial, altera a Lei 13.844/19, que trata da organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Para a Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social – Anasps, a medida é considerada um triunfo. Com a decisão, a entidade que há 29 anos luta pelos interesses dos servidores públicos, em especial os da Previdência, está otimista, pois lutou incansavelmente contra a extinção da pasta e a tentativa de enfraquecimento da política previdenciária, uma vez que a dissolução e a transferência de suas funções para outros Ministérios demonstravam uma redução da preocupação com as atividades que eram desenvolvidas, vez que elas não seriam as principais responsabilidades dos Ministérios da Economia, da Cidadania e da Justiça e Segurança Pública, já que possuíam pasta própria, sendo que, ao assumir novas funções, essas seriam subsidiárias.

Voltamos a contar com um Ministério focado na política de emprego, como foi de 1930 até 2019. Vale ressaltar que em 2015, por meio da Medida Provisória 692/15, sancionada pelo ex-presidente do Brasil, Michel Temer, o MTE se uniu ao Ministério da Previdência, tornando-se o Ministério do Trabalho e Previdência Social. O órgão era responsável pela criação de políticas de geração de emprego e renda, como o "Portal Emprega Brasil", que reúne uma série de serviços, modernizando as relações entre cidadão e governo, por meio de portais on-line que agilizam e facilitam a vida dos brasileiros.

Dessa forma, teremos, novamente, um espaço para proteger trabalhadores e aposentados, e uma estrutura para planejar e colocar em prática políticas públicas contra o desemprego, que atualmente conta com 14,7 milhões de desempregados, maior número desde o início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012.

Vitória para aqueles que lutam por uma Previdência digna, com um órgão próprio onde as políticas sempre foram discutidas, pensadas e executadas com austeridade.

A Previdência Social está presente em 100% dos municípios, e com a recriação da pasta, volta a ser verdadeiramente um patrimônio do trabalhador, a ser usufruído quando ele mais necessita. A volta do Ministério é fundamental para que a Previdência retome sua autonomia, tanto administrativa quanto financeira. O Ministério ficará responsável pela Previdência; Previdência complementar; Políticas e diretrizes para geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; Políticas e diretrizes para a modernização das relações de trabalho; Fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; Política salarial; Intermediação de mão de obra, formação e desenvolvimento profissional; segurança e saúde no trabalho; regulação profissional e Registro sindical.

A nova pasta comandada por Onyx Lorenzoni, ficará responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões do INSS, e contará com uma estrutura básica de apoio, como gabinete, assessoria parlamentar, ouvidoria, consultoria jurídica e assessoria de comunicação.

A pasta abrirá pelo menos 202 vagas relevantes, que serão preenchidas através de concurso público. Do total de cargos que serão abertos, o ministro prometeu manter a equipe técnica responsável pelas áreas trabalhista e previdenciária em Brasília, o que significa um total de 60 vagas, além de seis cargos da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência).

Também farão parte da equipe do novo ministro, a gestão com contratos da Dataprev para processar benefícios do INSS, o seguro-desemprego e o auxílio emergencial para a manutenção do emprego.

Há ainda 27 superintendências regionais do trabalho, 5 superintendências e 104 gerências-executivas do INSS em todo o Brasil.

Podemos concluir que o Ministério é responsável pela criação de uma série de medidas que trazem benefícios ao trabalhador, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e garantindo a estabilidade e o equilíbrio nos contratos de trabalho.

OS SENADORES E A REFORMA ADMINISTRATIVA

Vilson Antonio Romero (*)

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, de iniciativa do Poder Executivo, foi apresentada ao Congresso Nacional em setembro de 2020, objetivando alterar dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modificar a organização da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e municípios.

Foi alcunhada pelo governo de PEC da Nova Administração Pública, e, ao iniciar a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, modificava 27 trechos da Constituição Federal (CF) e introduzia 87 novos, sendo quatro artigos inteiros. As principais medidas tratavam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal, válidas, segundo anunciava o governo, somente para quem ingressasse no setor público após a aprovação das mudanças.

O texto inicial modificava trechos da CF que tratam da administração pública em geral (artigos 37 e 37-A); dos servidores públicos (artigos 39, 39-A, 41, 40-A e 41-A); dos militares dos estados, do DF e dos territórios (artigos 42 e 48); das atribuições do presidente da República (artigo 84); dos ministérios (artigo 88); das Forças Armadas (artigo 142); do Orçamento da União (artigo 165); da Previdência Social (artigo 201); e de outras disposições gerais (artigo 247).

A PEC original também trazia regras transitórias e previa a eventual atuação dos entes federativos na regulamentação, já que alguns dispositivos – como exigência da criação de novos regimes jurídicos específicos para servidores –, se aprovados, dependem de regulamentação posterior à promulgação das mudanças pelo Congresso Nacional.

No debate e votação que ocorreu na CCJC, o relator da PEC, Darci e Matos (PSD-SC), teve aprovado em 25 de maio de 2021 por 39 a 26 votos seu parecer sobre a admissibilidade da proposta, suprimindo alguns itens da proposta inicial.

Matos retirou do texto os novos princípios da administração pública previstos pelo governo: imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade. Uma verborragia inútil que poderia redundar em judicialização.

Da mesma forma, foram cortados outros dois pontos da proposta: o que permitia ao presidente da República extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional, via decreto; e o trecho que impedia a realização de qualquer outra atividade remunerada pelos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado.

Já na Comissão Especial, instalada em 9 de junho, o debate, as audiências públicas, a mobilização da sociedade e dos servidores e as reviravoltas das diversas versões de parecer e complementação de voto apresentadas pelo relator Arthur Maia (DEM/BA), fizeram com que somente em 22 de setembro o texto final fosse aprovado por 28 a 18 votos, com alterações substanciais em relação à proposta original.

Em termos relativos, foram mantidos a estabilidade e os direitos adquiridos dos servidores atuais. Entre as principais inovações mencionadas pelo relator estão a avaliação autoaplicável do desempenho de servidores, as regras para convênios (acordos de cooperação) com empresas privadas sendo autorizadas a gerir serviços públicos (como escolas e hospitais) e a "farra dos temporários" que poderão ser contratados por até 10 anos em todas as esferas de governo.

Embora já ocorra a gestão de serviços públicos por intermédio de organizações sociais e haja a contratação de trabalhadores temporários para atividades específicas, com limitações temporais e legais nos entes subnacionais, com o texto aprovado, locupletam-se todos da iniciativa privada ao "tomarem de assalto" o Estado brasileiro.

Outras medidas ainda poderão aprofundar a reforma quando do debate e votação em dois turnos no plenário da Câmara.

No que diz respeito ao Senado Federal, ainda vemos que os parlamentares estão um pouco distantes dessa discussão, apesar de já haver um acompanhamento da tramitação na Câmara por senadores como Kátia Abreu (PP-TO), Alessandro Vieira (Cidadania – SE) e Antonio Anastasia (PSD-MG) que integram a coordenação da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa que defende, "com unhas e dentes", mudanças na direção do Estado mínimo e da precarização dos serviços públicos.

No Senado, a tramitação de uma Proposta de Emenda Constitucional tem um rito abreviado, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) assumindo a análise de mérito do texto, não havendo formação de Comissão Especial, como na Câmara dos Deputados.

Na CCJC, a aprovação ocorre por maioria simples, em votação única, sendo então enviada ao plenário, onde também são necessárias duas votações e 3/5 dos votos (49) dos 81 senadores para aprovação da matéria.

Na análise atual feita pelo Observatório do Parlamento, mantido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, há 25 senadores favoráveis à Reforma Administrativa, mesmo não sabendo qual o formato e o texto que chegará à Casa Revisora. Outros 14 divulgaram publicamente sua posição contrária. Mas a maioria (42) registra indecisão, pelo menos até agora.

Portanto, há um espaço político expressivo para a atuação das representações de servidores e sociedade para obstaculizar a aprovação de uma mudança constitucional que, até o presente momento, sinaliza fortemente para o "desmonte" do serviço público brasileiro.

(*) auditor fiscal aposentado e jornalista, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e membro da Direção Nacional do Dieese.

Conselheira Titular do Conad Geap, fala sobre as ações e planos futuros para a operadora

Associada da Anasps e atualmente conselheira Titular do Conad da Geap para o triênio 2021-2024, Vilma Ramos, concedeu entrevista e, ressaltou seus planos dentro do Conselho. Além de destacar as novidades da operadora para os beneficiários.

Vilma é graduada em História pela PUC-SP, possui especialização em Gestão de Pessoas pela ENAP, experiência em Gestão de Pessoas atuando na área de negociação coletiva, relacionamento com movimentos sociais e implantação de projetos. Experiência em Gestão atuando como Gerente Executiva do INSS, responsável por 9 agências da Previdência Social em São Paulo (2011 - 2019). Conhecimento em Legislação Previdenciária e de Saúde Suplementar. Assessora da Secretaria Executiva da Secretaria Geral da Presidência da República (2010 - 2011).

Confira!

1. Com sua vitória no Conad da Geap, quais os planos futuros para operadora? Alguma novidade ou expectativa para o próximo ano?

Como foi dito em nossa campanha se faz necessário antes de tudo resgatar a importância da GEAP para os servidores públicos federais em especial para aqueles que são os fundadores da GEAP, ou seja, os servidores das duas maiores patrocinadoras, o Ministério da Saúde e INSS bem como a Dataprev e o Ministério da Previdência. Resgatar a autoridade dos beneficiários da GEAP frente a empresa é um dos pontos que não abrimos mão afinal somos nós que sustentamos a empresa aportando 90% dos recursos existentes hoje na GEAP. Portanto a GEAP é nossa. Precisamos construir de forma conjunta Conselheiros eleitos e entidades representativas dos servidores, entre elas a Anasps possui papel fundamental, um plano de ação para que a UNIÃO aumente seu aporte na operadora através do aumento do valor do auxílio saúde. Articulação no Congresso e audiência com o governo é prioridade se quisermos um plano mais barato. Enquanto Conselheira estamos trabalhando para que a operadora estanque a saída de beneficiários. Infelizmente o diálogo com a direção da GEAP ainda não fluiu da maneira que queremos, mas tenho certeza que avançaremos neste processo principalmente com a ajuda e organização dos beneficiários e entidades e associações de classe.

2. O que os beneficiários podem esperar da sua atuação dentro do conselho?

Quem me conhece sabe que a determinação é uma das minhas características. Obviamente que uma andorinha só não faz verão, mas os beneficiários podem ter certeza que defenderei uma GEAP inclusiva, sustentável, de qualidade e preços justos. Temos muito trabalho pela frente. Por enquanto estamos num processo, dentro do Conselho de Administração da GEAP – CONAD, de ajustes. A Diretoria Executiva da GEAP ficou 1 ano administrando sem o Conselho de Administração em virtude da suspensão das eleições dos representantes dos assistidos, isso fez com que ela pensasse que o Conselho de Administração é apenas um órgão para chancelar suas decisões, isso é um equívoco, mas aos poucos ela está percebendo que o órgão máximo de deliberação da GEAP é o CONAD e que ele deve

Vilma Ramos
Conselheira Titular do Conad da Geap

deliberar sobre as diretrizes estratégicas da operadora.

3. Quais serão as suas bandeiras de defesa?

- Lutar pelo maior aporte de recursos da união para baratear os preços dos planos dos beneficiários;

- Criação dos Planos Estaduais e Regionais em especial nos estados que não possuem; cito como Exemplo SP; CE e BA entre outros;

- Cobrança da coparticipação em suaves prestações em virtude do congelamento do salário isso traria uma política virtuosa de permanência do plano e diminuição da inadimplência;

- Retomada dos Programas de Atenção, Prevenção e Promoção à Saúde do servidor que foi cessado pela atual gestão;

- Melhoria e ampliação da rede de atendimento;

- Retorno dos beneficiários que perdemos para outras operadoras.

4. Quais as ações que a Geap está preparando para os servidores até o fim de 2021?

O Conselho de Administração aprovou em uma de suas reuniões a Criação de novos produtos como a direção gosta de chamar. Na verdade, são os planos que defendemos em nossa campanha Planos Estaduais e Regionais que já foram aprovados pela ANS e que estão em fase de adequação tecnológica para serem lançados no máximo em dois meses. A ideia é oferecer planos que concorra com o mercado e caiba no bolso dos servidores. Por isso sempre oriento aos servidores, não saiam da GEAP se necessário migre para um plano mais barato. Nossa intenção enquanto conselheira é o fortalecimento da nossa empresa com planos de qualidade e que caibam no bolso dos servidores, afinal somos os verdadeiros proprietários da GEAP.

5. Como conselheira quais ações a operadora tem realizado em prol do servidor durante a pandemia?

Infelizmente a única ação que a Diretoria Executiva da GEAP teve de diferente na pandemia foi a consulta através da telemedicina que não cobra coparticipação. Isso é muito pouco para uma operadora do porte da GEAP. Estaremos apresentando até o final do ano no Conselho um programa direcionado aqueles beneficiários que foram atingidos pelo Covid-19 e ficaram com sequelas. Espero que consiga apoio de todos os conselheiros em especial dos indicados do Governo.

6. Existem áreas sensíveis dentro da operadora?

Sim. Todas as áreas são sensíveis numa operadora de saúde em especial a GEAP que possui um componente político na sua gestão. Estamos neste momento preocupados com a área do Jurídico que teve um aumento enorme de ações judiciais contra a GEAP. O Provisionamento de recursos para pagamento judicial apresentado em seu balanço nos preocupa. Isso significa que estamos perdendo as causas judiciais e a pergunta que não quer calar é: Precisamos dar andamento e ações judiciais contra assistidos que nitidamente iremos perder?

Outra área sensível e que temos que verificar diz respeito as despesas administrativas da GEAP. Segundo o Anuário: Aspectos econômicos e financeiros das operadoras de planos de saúde disponibilizado pela ANS o índice das despesas administrativas da GEAP em 2020 foi de 8,02% enquanto a modalidade autogestão representa 6,85%. Temos que corrigir a rota das despesas Este será um ponto que o Conselho terá que discutir no orçamento de 2022. No entanto, a área que merece atenção permanente é a Diretoria de Saúde que está relacionada diretamente com os nossos assistidos, esta nós conselheiros eleitos temos uma atenção permanente. Esta é o coração da GEAP. Por isso ela é extremamente sensível do ponto de vista não só dos recursos, mas do impacto humano.

7. Como conselheira, qual a sua mensagem para os servidores?

Aos servidores e servidoras eu gostaria de mandar uma mensagem de União em torno das propostas aqui elencadas. Precisamos resgatar a nossa GEAP e exigir do governo o aumento do per capta. Temos 4 anos pela frente, mas acredito na força do funcionalismo. Enquanto Conselheiros eleitos somos os olhos dos beneficiários na Gestão. Tenho certeza que iremos vencer esta batalha, é só uma questão de tempo, por isso não desistam.

8. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Gostaria de agradecer a oportunidade que a Anasps nos concede ao abrir seu canal de comunicação para que possamos informar não só seus associados como também os servidores beneficiários ou não sobre as questões tão relevantes nos dias atuais, que é a questão da saúde suplementar do servidor.

E Para terminar deixo aqui esta mensagem a todos e todas:

"É durante a noite que é belo acreditar na luz." (Jean Rostand)

Estamos juntos!

SAIBA COMO FUNCIONA A COPARTICIPAÇÃO DOS PLANOS GEAP

Você conhece a coparticipação dos planos GEAP? Sabe o que significa? Nós da Anasps elaboramos essa nota para te ajudar a entender.

De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a coparticipação é o valor que o beneficiário de um plano de saúde paga para a operadora após realizar um procedimento, como consultas e exames.

É importante esclarecer que a coparticipação da GEAP varia conforme o tipo de atendimento e será cobrada no contracheque do servidor, até o limite de 10% da remuneração (mensal). Já em casos de AGREGADO do grupo familiar: 60% do valor da contribuição mensal.

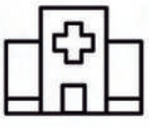
Para os planos GEAPEssencial, GEAPClássico, Geap Saúde II e Geap Família a coparticipação permanece a mesma.

AMBULATORIAL

Até R$ 190,00 a participação é de 30% em cada procedimento. A partir de R$ 190,01, a participação é de 15% em cada procedimento.

HOSPITALAR

- Internação em enfermaria – ISENTO
- Internação psiquiátrica – 30%
- Internação em UTI – é utilizada uma tabela de despesas que varia de R$ 0,01 a R$12.500,01. A cobrança obedecerá ao seguinte critério: para cada R$ 100,00 de despesa será cobrado R$ 10,00 de participação, limitando-se ao valor de R$ 1.260,00 de participação (mesmo que a despesa ultrapasse R$ 12.500,01).



ODONTOLÓGICA

- Consulta – 30%;
- Procedimentos de prevenção – ISENTO;
- Demais procedimentos – 40%;

Os planos GEAPReferência e GEAP Para Você, possuem a mesma coparticipação, porém esses planos não contam com assistência odontológica.

Já os planos GEAPReferência Vida e GEAPSaúde Vida, não possuem coparticipação.

Mais detalhes, você, beneficiário, pode conferir acessando o site da operadora com CPF e data de nascimento.

Reforma administrativa: texto-base é aprovado

Enviada ao Congresso Nacional em setembro de 2020, com a justificativa de "combater privilégios", a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da reforma administrativa, continua roubando a cena dentro das duas Casas.

Por 28 votos a favor e 18 contrários, a Comissão Especial aprovou o substitutivo do texto-base da reforma, do relator Arthur Maia de Oliveira (DEM-BA). Agora, o próximo passo é aprovar a PEC no Plenário da Câmara, onde precisa de 308 votos para avançar. No entanto, ainda não tem data definida de votação. Caso isso se concretize, a proposta segue para o Senado.

As atenções em torno do funcionalismo público estão na pauta principal e nos bastidores o que mais se comenta é a retirada de benefícios da categoria. Segundo dados reunidos pelo Tesouro Nacional, de uma relação de 74 países, o Brasil tem o 7° maior gasto: 12,9% do Produto Interno Bruto (PIB).

Entre os pontos mais polêmicos, o texto aprovado manteve os instrumentos de cooperação com a iniciativa privada e preservou os benefícios de juízes e promotores (atuais servidores), como as férias de 60 dias. Veja os principais pontos:

Estabilidade

Como é: todos os servidores têm estabilidade;

Como fica: O substitutivo apresentado mantém a estabilidade para todos os servidores concursados, e previsão de desligamento por desempenho insuficiente.

Estágio probatório

Como é: Aprovados em concurso entram no estágio probatório, que dura três anos. Podem ser dispensados nesse período por mau desempenho.

Como fica: Em vez de avaliação no fim do período de teste, futuros servidores terão seis avaliações, uma a cada semestre, nos três anos. Caso obtenha um resultado insatisfatório em dois ciclos de avaliação, o servidor pode ser exonerado.

Demissão

Como é: O servidor só pode ser demitido em caso de sentença judicial definitiva, ou infração disciplinar. A demissão por mau desempenho, prevista na Constituição, nunca foi regulamentada.

Como fica: A PEC mantém a possibilidade de demissão após sentença judicial e em função de resultado insatisfatório em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas terá um processo administrativo aberto para análise do desligamento por um colegiado. Foi acrescentada a possibilidade de demissão caso o cargo seja extinto ou considerado desnecessário ou obsoleto.

Redução de Jornada

Como é: Não há previsão de redução para todos os servidores. Há possibilidade de corte de 20% para cargos de confiança.

Como fica: PEC prevê possibilidade de redução de jornada e salário dos servidores em até 25% em caso de crise econômica.

Vedação de benefícios

Como é: Existe um conjunto de benefícios que são recebidos pela maioria dos servidores, como progressão e promoção por tempo de serviço, licença prêmio e adicional por tempo de serviço. Um grupo mais restrito recebe outros benefícios como, férias superiores a 30 dias e aposentadoria compulsória como forma de punição. Especialistas avaliam que são privilégios.

Como fica: Futuros servidores não terão acesso a alguns benefícios. Estão na lista dos benefícios extintos: licença prêmio, licença-assiduidade, ou outra licença decorrente de tempo de serviço, férias acima de 30 dias pelo período aquisitivo de um ano, adicional por tempo de serviço (como anuênio), aposentadoria compulsória como modalidade de punição, adicional ou indenização por substituição (exceto a substituição interina de cargo em comissão e função de confiança), progressões ou promoções apenas por tempo de serviço, parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e critérios de cálculo definidos em lei.

Essas vedações afetam os seguintes grupos de servidores: ocupantes de cargos eletivos (que enquadra os políticos com mandatos), membros dos Tribunais e Conselhos de Contas, ocupantes de cargos e titulares de empregos ou de funções públicas da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Tramitação de uma PEC

1- Apresentação: quem pode propor

A PEC poderá ser apresentada por no mínimo 171 deputados ou 27 senadores (1/3 do total), pelo presidente da República, e por mais da metade das assembleias legislativas. Uma proposta vinda do Senado (ou seja, já aprovada pelos senadores) segue o mesmo rito descrito abaixo.

2- Análise de admissibilidade

A PEC começa a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça

e de Cidadania (CCJ), que analisa a admissibilidade da proposta. A PEC não pode violar as cláusulas pétreas da Constituição: forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais dos cidadãos.

3- Análise do mérito: Comissão Especial

Se for admitida pela CCJ, o mérito da PEC é analisado por uma comissão especial, que pode alterar a proposta original. A comissão tem prazo o de 40 sessões do Plenário para votar a proposta. O prazo para emendas se esgota nas dez primeiras sessões.

4- Votação no Plenário

Depois a proposta é analisada pelo plenário. A aprovação depende dos votos favoráveis de 3/5 dos deputados (308), em dois turnos de votação.

Em geral, os deputados aprovam o texto principal do projeto e "destacam" alguns trechos para votação posterior. Esses trechos são chamados destaques. Normalmente, essas votações posteriores servem para confirmar ou retirar alguns trechos do texto da proposta. Também podem ser destacadas emendas, para alterar o texto.

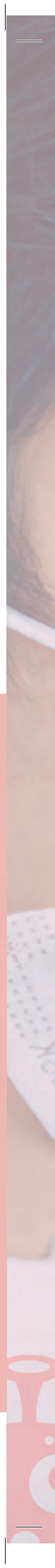
5- Depois do Plenário: Promulgação

Depois de concluída a votação em uma Casa, a PEC é enviada para a outra. Se o texto for aprovado nas duas Casas sem alterações, é promulgado em forma de emenda constitucional em sessão do Congresso Nacional. Se houver modificação substancial (não apenas de redação), ela volta obrigatoriamente para a Casa onde começou a tramitar. A alteração em uma Casa exige nova apreciação da outra Casa, sucessivamente. É possível haver a promulgação "fatiada" (apenas da parte aprovada pelas duas Casas).

Anasps em defesa do servidor

Mesmo com o avanço da proposta na Comissão Especial, a Anasps continuará atenta as discussões, e lutará para evitar mais perdas para o funcionalismo público.

Não podemos permitir que essa medida cruel acabe com os direitos adquiridos ao longo dos anos. Precisamos valorizar o serviço público. Ele é para todos! Lutar contra a reforma administrativa é defender o Estado Brasileiro e a Constituição Federal.



ANASPS ALERTA PARA TENTATIVAS DE GOLPES SOBRE PRECATÓRIOS

ASSOCIADO, FIQUE ATENTO PARA NÃO SER PEGO DE SURPRESA. EM CASO DE DÚVIDAS ENTRE EM CONTATO COM A ANASPS E DENUNCIE

Associado (a), a Anasps faz um alerta para que fiquem atentos aos golpes referentes ao pagamento de precatórios. A compra de precatórios por empresas especializadas se tornou frequente e tem gerado grandes dúvidas. Esclarecemos que para que ocorra a venda de um precatório para uma empresa que oferece o seu serviço, essa não estará "adiantando" a liberação de seu valor em juízo, mas sim pagando o valor de seu precatório com um deságio (depreciação). O deságio inclusive chega a valores astronômicos em média de 50% do seu valor real.

Fique atento aos golpes no tocante a negociação de precatórios.

Um detalhe muito importante quando tratamos de ações judiciais através da Anasps é que estamos tratando de precatórios nesse momento referentes a verbas alimentares e por isso os mesmos já possuem prioridade para o pagamento o mais rápido possível de acordo com o orçamento público.

O departamento jurídico da Anasps orienta que, para que se tenha um precatório a receber, é necessário possuir um processo em tramitação. Portanto, certifique-se que seu nome está incluído naquele processo apresentado pelos compradores de seu precatório, bem como, verifique se existem valores fundamentados para aquele pedido e, não valores aleatórios simplesmente apresentados pelos possíveis golpistas.

DICAS DE COMO NÃO CAIR EM GOLPES:

É PRECISO DESCONFIAR DE OFERTAS E VANTAGENS. ESSES SÃO OS PRINCIPAIS PADRÕES UTILIZADOS PARA APLICAR O GOLPE

CASO RECEBA LIGAÇÕES, E-MAIL, OU WHATSAPP, NÃO REPASSE NENHUM VALOR. ENTRE EM CONTATO IMEDIATAMENTE COM A ANASPS OU SEU ADVOGADO E, NÃO SE ESQUEÇA DE IR À DELEGACIA MAIS PRÓXIMA E DENUNCIAR.

BUSQUE INFORMAÇÕES EM CANAIS INSTITUCIONAIS, COMO SITES OU TELEFONES DE TRIBUNAIS. ESSES ÓRGÃOS COSTUMAM TER SEÇÕES EXCLUSIVAS PARA PRECATÓRIOS.

CERTIFIQUE-SE QUE AQUELE NÚMERO TRATA DE REALMENTE UMA AÇÃO JUDICIAL, POIS EXISTEM MUITOS CASOS DE CARTAS RECEBIDAS COM NÚMEROS DE PROCESSO QUE SEQUER SEGUEM O PADRÃO JURÍDICO DE NUMERAÇÃO

PANDEMIA E O EXCESSO DE REFORMAS

A população mundial já vivenciou algumas pandemias, entre elas, a peste bubônica, varíola, cólera, gripe suína e gripe espanhola, essa ceifou mais de 40 milhões de vidas. A fatídica história se repete, o planeta volta a conviver com a triste realidade de enfrentar mais uma pandemia. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na República Popular da China. Tratava-se do coronavírus, vírus que até então, não havia sido identificada em seres humanos. Desde sua descoberta até os dias atuais, a COVID-19, já matou mais de 4 milhões de pessoas.

No Brasil, a pandemia além da dor da perda de um familiar, segue matando os brasileiros a conta gotas. A miséria assola nosso país, a economia está enfraquecida, a inflação alcança patamares altíssimos, tirando o poder de compra da população brasileira.

Enquanto o povo morre de fome, o atual governo insiste no desmonte do país.Além das desestatizações, o líder da nação intensifica as pautas no Congresso Nacional que tratam de reformas chefiadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Com o discurso de gerar emprego e colocar o Brasil nos trilhos, enfrentamos a reforma da previdência que não cumpriu o que prometeu e agora a reforma administrativa, que acaba com o Estado democrático de direito.

Encaminhada ao Congresso Nacional em setembro de 2020, a medida é vista como a PEC da maldade, que prejudica os servidores públicos e a população brasileira, essa, sem sombra de dúvidas, será quem mais irá sentir os efeitos dessa reforma, caso seja aprovada. Apesar da pressão das entidades e de alguns parlamentares, a matéria foi aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mas devido a essa mesma pressão, a matéria “empacou” e não tem data para que seja levada ao Plenário.

Vale ressaltar que a Anasps, através de sua assessoria parlamentar, está atuando dentro do Congresso Nacional desde que a medida foi protocolada na Câmara dos Deputados. A entidade, que tem excelente trânsito ente os parlamentares, tenta de todas as formas convencer, com argumentos plausíveis, que essa reforma é maléfica para o país. Somos a favor de uma reforma administrativa que melhore a eficiência e a qualidade do serviço público. Essa proposta representa o desmonte do serviço público, com a contratação de temporários por até dez anos e liberação da terceirização.

Mas a vitrine de maldades não para por aqui, o governo federal está enviando ao Congresso Nacional de forma fatiada sua proposta de reforma tributária, que segundo especialistas é vista como erro de calibragem e pode prejudicar tanto as empresas como pequenos investidores.

O detentor da caneta não se cansa em planejar ações contra o servidor público. Recentemente foi enviada ao Congresso Nacional a PEC 23/2021, apelidada como "PEC do calote". Trata-se da PEC dos precatórios, que permite ao governo federal limitar o pagamento de precatório e acabar com a regra de ouro das contas públicas. Observa-se que em nenhuma das medidas é possível verificar ações de melhorias. Apenas ações que provocam retrocessos.

Assim que a PEC chegou à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, a Anasps, prontamente, entregou ofício a deputada Bia Kicis (PSL/DF), pedindo que a matéria fosse devolvida. Também se reuniu com o relator da proposta, deputado Darci de Matos (PSD/SC), momento em que foram apresentadas as inconstitucionalidades do texto. Apesar da matéria ainda continuar tramitando, a Anasps continua lutando para barrar essa proposta de chantagem contra os servidores públicos. A estratégia do governo é, com a aprovação da PEC, abrir espaço no orçamento para bancar o programa social conhecido como Auxílio Brasil.

Apesar do cenário devastador, não existe espaço e tempo para lamentações. É preciso unir forças para evitar que direitos sejam retirados e medidas que não sejam eficazes sejam aprovadas. A Anasps tem um compromisso com você, associado. Mesmo com o cenário político completamente desestabilizado, continuamos na luta e não vamos desistir.

A Anasps reforça o seu papel de luta e defesa do servidor público federal.

Denise Cavalcante
Assessora Parlamentar

USE MÁSCARA

Saiba o que acontece no Congresso

Confira as últimas proposições apresentadas pelo Congresso Nacional.

Projeto institui novo piso da Previdência Social para aposentados e pensionistas

O Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), apresentou o Projeto de Lei 2440/2021, que institui novo piso da Previdência Social para aposentados e pensionistas com 75 (setenta e cinco) anos ou mais de idade. A proposta pretende alterar a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. De acordo com o texto, nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao piso especial, no caso do segurado com idade igual ou superior a 75 (setenta e cinco) anos de idade.

O piso especial será o salário mínimo do ano de 2021, atualizado anualmente pelo maior dos seguintes índices: I – o índice do reajuste do salário mínimo; II – o índice de preços ao consumidor da terceira idade (IPC3i). A sistemática de reajuste de vigerá enquanto o piso especial não alcançar o valor correspondente ao valor real de 2 (dois) salários mínimos do ano de 2021. A matéria aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

Senado aprova projeto que suspende prova de vida do INSS

O Senado Federal aprovou a suspensão da prova de vida para os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), até 31 de dezembro deste ano devido à pandemia. O Projeto de Lei 385/2021 segue para a sanção do presidente da República. De autoria do senador Jorginho Mello (PL-SC), o projeto original estabelecia medidas alternativas de prova de vida para beneficiários da Previdência Social.

Com as alterações feitas na Câmara, a matéria retornou ao Senado, voltando a ficar sob a relatoria do senador Jorge Kajuru (Podemos-GO). Kajuru manteve o substitutivo apresentado pelo deputado federal Danilo Cabral (PSB-PE), que havia sido aprovado na Câmara em 14 de julho. Esse substitutivo retirou do texto a permissão de uso de outros meios para o segurado do INSS realizar a prova de vida.

PL pretende dar garantias aos servidores ocupantes de cargo em comissão

É o que consta no Projeto de Lei 2503/2021, de autoria do senador Izalci Lucas (PSDB/DF). A matéria pretende alterar a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para conceder garantias aos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão. Dessa forma, no caso da exoneração, o ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

De acordo com o PL, a Constituição assegura aos trabalhadores uma relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, determinando, ainda, que a lei deverá prever indenização compensatória, dentre outros direitos. O mesmo não ocorre, entretanto, com um grupo específico dos servidores públicos, os ocupantes de cargos em comissão. A matéria aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

PL prevê incentivo a servidor público para compra de sistemas de energia solar

O Projeto de Lei 1905/21 prevê a concessão de incentivos a servidores públicos civis e militares (incluindo ativos, inativos e pensionistas), para a aquisição de sistemas de energia solar e outros equipamentos de micro e minigeração distribuída. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) permite que os incentivos sejam concedidos por meio de financiamento, com as prestações descontadas diretamente da folha salarial, respeitados os limites de consignação previstos em lei.

Boas Notícias

Aprovada linha especial de crédito consignado de até R$ 20 mil durante a pandemia

Pelo texto, medida vale para servidores públicos, aposentados e pensionistas

Foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, projeto que obriga instituições financeiras públicas e privadas a ofertarem uma linha especial de crédito consignado de até R$ 20 mil a servidores púbicos, aposentados e pensionistas.

Pelo texto, o crédito será ofertado em até 12 meses após o fim da emergência em saúde pública, decorrente da pandemia da covid-19.

O empréstimo terá carência máxima de 120 dias para início do pagamento e taxa efetiva de juros não superior a 2,5% ao ano.

Relator no colegiado, o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) recomendou a aprovação da proposta original, Projeto de Lei 4732/20, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), e do PL 4962/20, apensado, na forma de um substitutivo.

O PL, que tramita em caráter conclusivo, será ainda analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

SouGov.br lança novos serviços para servidores federais

Rádio Anasps

O SouGov.br lançou quatro novos serviços, que se juntam às outras finalidades do aplicativo, elaborado exclusivamente para servidores públicos federais, ativos e aposentados, pensionistas e anistiados civis do Poder Executivo. A partir de agora, os usuários podem cadastrar seus dados bancários pelo celular e acessar funcionalidade como alterar a conta salário: solicitar licença-gestante e entre outras modalidades.

Saiba como enviar seus documentos do processo GDASS pelo site oficial da Anasps

Associado, você ainda tem dúvidas de como enviar seus documentos do processo GDASS? Esse vídeo pode ser útil.

Primeiro acesse: www.juridico.anasps.org.br/juridico informe os dados solicitados, CPF, NOME COMPLETO, DATA DE NASCIMENTO E DATA DA APOSENTADORIA, em seguida clique em ACESSAR. Logo após você será direcionado a uma página onde será necessário confirmar se você já baixou a procuração ou não.

Caso não tenha baixado, clique em AINDA NÃO, leia as regras abaixo e se você for associado Clique em: ASSOCIADO (A); APOSENTADO (A); ou se não for associado clique em HERDEIRO e em seguida em baixar procuração.

Caso você já tenha a procuração, CONFIRME SE SEUS DADOS ESTÃO CORRETOS, ANEXE A PROCURAÇÃO DIGITALIZADA E OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO, E CLIQUE EM ENVIAR DOCUMENTAÇÃO.

Pronto! Imediatamente você receberá um e-mail de confirmação, bem como, o departamento jurídico terá acesso a todos documentos enviados. Viu como é fácil? É só seguir o passo a passo e concluir o processo.

Fique por dentro das ações jurídicas da sua associação

Processos em fase de conhecimento

PROGRESSÃO FUNCIONAL

AÇÃO COLETIVA N. 0092613-68.2014.4.01.3400
Matéria: Progressão funcional.
Histórico: Em sentença, os pedidos da ANASPS foram julgados procedentes. O INSS interpôs apelação, que está pendente de julgamento.

AÇÃO COLETIVA N. 0065244-65.2015.4.01.3400
Matéria: Progressão funcional.
Histórico: Em sentença, os pedidos foram julgados procedentes. Aguarda-se o julgamento de recursos.

AÇÃO COLETIVA N. 0076354-27.2016.4.01.3400
Matéria: Progressão funcional.
Histórico: Em sentença, os pedidos foram julgados procedentes. Aguarda-se o julgamento de recursos.

AÇÃO COLETIVA N. 1014470-72.2019.4.01.3400
Matéria: Progressão funcional.
Histórico: Em sentença, o pedido foi julgado procedente em relação aos representados nos autos. Aguarda-se o julgamento de recursos.

GDASS

AÇÃO COLETIVA N. 1004934-37.2019.4.01.3400
Matéria: Garantir a aposentados e pensionistas filiados à ANASPS, titulares do direito à paridade, mas não beneficiados pelos arts. 87 e 88 da Lei n. 13.324/2016, a percepção da GDASS no patamar de 70 pontos.
Histórico: Contra a sentença desfavorável, a ANASPS interpôs apelação, pendente de julgamento.

AÇÃO COLETIVA N. 0005150-54.2015.4.01.3400
Matéria: Pagamento da GDASS aos aposentados e aos pensionistas, com direito à integralidade, de acordo com a última pontuação percebida na atividade.
Histórico: Em sentença, os pedidos foram julgados parcialmente procedentes. A ANASPS interpôs recurso de apelação, que está pendente de julgamento.

AUXILIO CRECHE

AÇÃO COLETIVA N. 0060721-73.2016.4.01.3400
Matéria: Auxílio-creche.
Histórico: Em sentença, os pedidos foram julgados procedentes. Aguarda-se o julgamento de recursos.

AÇÃO COLETIVA N. 1014475-94.2019.4.01.3400
Matéria: Auxílio-creche.
Histórico: Em sentença, os pedidos foram julgados procedentes. Aguarda-se o julgamento de recursos.

ISENÇÃO DUPLO-TETO

AÇÃO COLETIVA N. 1008198-28.2020.4.01.3400
Matéria: Manutenção da isenção do duplo-teto previdenciário para aposentados com doenças incapacitantes. Impugnação à EC n. 103/2019 (Reforma da Previdência).
Histórico: Contra a sentença desfavorável, a ANASPS interpôs apelação, pendente de julgamento.

Processos em fase de cumprimento de sentença/execução

GDASS

AÇÃO COLETIVA N. 0012866-79.2008.4.01.3400
Matéria: Percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), instituída pela Lei n. 10.855/2004, pelos filiados à ANASPS aposentados e pensionistas com direito à paridade constitucional.
Andamentos recentes: A ANASPS iniciou o recolhimento dos documentos para viabilizar a apuração dos valores eventualmente devidos aos filiados que podem se beneficiar desse processo.
Além disso, foi formulado um requerimento perante o juiz da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, a fim de que o INSS seja intimado para apresentar as fichas financeiras dos beneficiários.

ANUÊNIOS

AÇÃO COLETIVA N. 0013777-48.1995.4.01.3400
Matéria: Contagem do tempo de serviço anterior à Lei 8.112/1990 para os servidores regidos pelo regime celetista para todos os efeitos funcionais cabíveis, em especial para a concessão dos anuênios (adicional por tempo de serviço).
Andamentos recentes: A ANASPS analisou as fichas financeiras encaminhadas e, para as pessoas que não tiveram a correção dos anuênios efetuada administrativamente pelo INSS entre 1999 e 2003, foram apurados os valores devidos.
Com base no parecer com cálculos, foram formados grupos para a execução do montante devido. Esses grupos tramitam perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF e aguardam providências do tribunal.

AÇÃO COLETIVA N. 0023984-04.1998.4.01.3400
Matéria: Contagem do tempo de serviço anterior à Lei 8.112/1990 para os servidores regidos pelo regime celetista para todos os efeitos funcionais cabíveis, em especial para a concessão dos anuênios (adicional por tempo de serviço).
Andamentos recentes: Está em curso a etapa de recolhimento dos documentos necessários para a apuração de valores eventualmente devidos.
É importante frisar que houve o reconhecimento administrativo do direito que é objeto desse processo, de modo que, para a maioria dos servidores do INSS, não há valores remanescentes para serem pagos. Isso porque, entre 1999 e 2003, o INSS efetuou a correção dos anuênios nos contracheques.

3,17%

AÇÃO COLETIVA N. 0035324-66.2003.4.01.3400
Matéria: Reajuste de 3,17% para os filiados vinculados ao MPS.
Andamentos recentes: GANHAMOS! O cumprimento de sentença se encaminha para o pagamento dos valores finais e o consequente encerramento do processo.
No dia 21/08/2021, o juiz da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF determinou a expedição das requisições de pagamento em favor dos exequentes remanescentes indicados na planilha da ANASPS.
Essa providência deverá ser cumprida pela secretaria da vara em breve.
Considerando que a maioria dos valores pode ser paga por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), cujo limite é de 60 salários mínimos, é possível que os depósitos sejam efetuados em 2021 ou em 2022.

AÇÃO COLETIVA N. 1998.34.00.020674-4
Matéria: Reajuste de 3,17% para os filiados vinculados ao INSS.
Andamentos recentes: Processo migrado para o PJ-e. Após um longo período de batalha judicial, vencemos a ação. Em breve iniciaremos a fase de execução.

QUINQUÊNIO e BIENAL

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO N. 0035324-66.2003.4.01.3400
Matéria: Retirada indevida das rubricas quinquênio e bienal (AO 7003268-Quinquênio AT;AO ni-215/84 aVF/DF – BIENAL;AO 5957599 9VF/RJ – BIENAL) dos contracheques dos associados.
Andamentos recentes: Foram formados 3 (três) grupos para executar os valores devidos. Atualmente, esses processos aguardam manifestações do juiz da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF sobre os critérios de cálculo.

OPÇÃO DAS

AÇÃO COLETIVA N. 2008.34.00.023740-1 (CNJ n. 0023643-26.2008.4.01.3400),
Matéria: Ação objetivando suspender os descontos dos valores pagos indevidamente a título de retribuição pelo exercício de cargo comissionado (opção pelo recebimento da remuneração do cargo efetivo, acrescida de 60% do cargo em comissão) e caso os descontos já tenham sido efetuados, que sejam devolvidos os valores descontados, acrescidos de juros e correção monetária.

Andamentos recentes: GANHAMOS! Após longa tramitação perante a 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concluímos de forma exitosa, aos filiados à ANASPS, de acordo com os seguintes termos: (i) a suspensão dos descontos dos valores de Opção DAS pagos a maior entre junho e dezembro de 2007, bem como (ii) o ressarcimento dos valores eventualmente descontados. Tendo em vista que o INSS informou nos autos do processo que não efetuou tais descontos, não se verificou prejuízo sofrido pelos beneficiários e passível de cobrança em sede de cumprimento de sentença. A decisão favorável obtida pela ANASPS foi confirmada em sentença e, posteriormente, em julgamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

28,86%

AÇÃO COLETIVA N. 1998.34.00.028629-9
Matéria: 2ª Ação – Diferença salarial de 28,86%
Andamentos recentes: GANHAMOS! Nesse processo, já houve o pagamento para a maioria dos beneficiários.
As situações particulares e pendentes estão sendo resolvidas para aqueles que ainda não tiveram o pagamento realizado. O processo corria fisicamente (em papel) e, com as transformações procedimentais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ele entrou em fase de digitalização e envio para a plataforma eletrônica, o chamado Processo Judicial Eletrônico (PJ-e). Assim que a conferência da digitalização for feita, o escritório se manifestará sobre as situações finais pendentes (casos de pessoas que tiveram os valores retornados aos cofres públicos).

AÇÃO COLETIVA N. 1998.34.00.028629-9
Matéria: 3ª e 4ª Ação – Diferença salarial de 28,86%
Andamentos recentes: Foram formados mais de 200 (duzentos) grupos para executar os valores devidos.
Há grupos nos quais foram homologados/confirmados os critérios de cálculo apresentados pelo INSS e outros nos quais a Autarquia alegou suposta ilegitimidade dos beneficiários.
Os grupos com valores homologados se encontram em etapa de expedição dos precatórios ou das Requisições de Pequeno Valor (RPV). Inclusive, houve valores depositados em 2021 que aguardam, tão somente, um despacho da juíza da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF com a autorização para o saque.
Em relação aos grupos nos quais se discute a legitimidade dos beneficiários, a ANASPS tem obtido êxito nos julgamentos de segunda instância (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). O INSS, por sua vez, tenta reverter os julgamentos favoráveis aos filiados, mediante a apresentação de recursos para o Superior Tribunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal.

AÇÃO COLETIVA N. 1997.34.00.035853-5
Matéria: 5ª Ação – Diferença salarial de 28,86%
Andamentos recentes: GANHAMOS! Nesse processo, também já houve o pagamento para a grande parte dos beneficiários. O juízo determinou que todas as situações pendentes fossem resolvidas de forma apartada. Assim, após análise da documentação enviada pelos beneficiários, foram formados novos grupos pequenos, por meio eletrônico, a fim de obter o pagamento dos valores devidos.
Em alguns desses grupos menores, o INSS já se manifestou e reconheceu os valores. Em outros, a Autarquia ainda não foi intimada para responder.

AÇÃO COLETIVA N. 1999.34.00.034076-7
Matéria: 6ª Ação – Diferença salarial de 28,86%
Andamentos recentes: Foi ordenado o desmembramento deste processo em grupos de 30 associados, sendo que cada grupo a partir de agora terá numeração de acompanhamento própria. Processo Suspenso temporariamente visto que estamos ajuizando todas as execuções desmembradas.

Anasps

VACINE-SE

POR VOCÊ, POR NÓS,

POR TODOS!

É a ciência que salva vidas.